

Cadernos Barruel 12

- 1983

- [GNOSE E GNOSTICISMO NA FRANÇA DO SÉCULO XX](#)
- [O DRAMA DO RALLIEMENT - 2](#)
- [UMA RESURGÊNCIA DA GNOSE NO SÉCULO XX: O BORELISMO](#)
- [O FILIOQUE EM QUESTÃO](#)

GNOSE E GNOTICISMO NA FRANÇA DO SÉCULO XX

A corrente gnóstica, que viveu seus dias de glória entre os séculos I e VI depois de JESUS CRISTO, depois se ocultou, pelo menos no Ocidente, sem jamais cessar, contudo, de se manifestar aos solavancos até os dias de hoje.

Numerosos estudos sobre as doutrinas gnósticas já foram publicados neste Boletim (nota 1), e um futuro artigo será dedicado a esses ressurgimentos desde a Idade Média, mas precisamos hoje "colocar os pingos nos i" a respeito do despertar gnóstico contemporâneo, já que alguns fingem não compreender nossas primeiras explicações, a menos que realmente não tenham entendido nada! Aliás, podemos nos perguntar o que, de uma coisa ou de outra, seria mais inquietante...

Convém, portanto, recordar os fatos, ou seja, as diversas posições das pessoas envolvidas no que se tornou hoje um escândalo no meio católico.

O Pensamento Católico, nos últimos anos.

A Revista "*La Pensée Catholique*" do padre Luc Lefèvre abriga, há alguns anos, artigos do Sr. Jean Borella, e ela fez editar, pelas suas Edições *du Cèdre*, há quatro anos, o livro "*A Caridade Profanada*". Graças a esse patrocínio, o livro se difundiu nos meios católicos tradicionais, especialmente entre os padres (nota 2).

Uma tal enormidade nos levou a fazer um estudo aprofundado dessa obra e a buscar conhecer melhor o autor através de suas referências humanas e livrescas; finalmente, um artigo muito circunstanciado foi publicado no Boletim nº 9 sob o título "[A Gnose 'Tradicionalista' do Professor Borella](#)", que só podemos encorajá-lo a reler como preliminar.

É certo que essa publicação constituiu uma pedra no lago e desagradou a muitas pessoas, em primeiro lugar o próprio autor, o que é normal, e também o padre Lefèvre, incomodado com esse holofote intempestivo, fonte de muitas interrogações por parte de seus amigos, agora inclinados a desconfiar, senão a se afastar prudentemente.

A melhor solução para o diretor da *Pensée Catholique* não teria sido reconhecer que foi enganado e dedicar pelo menos algumas páginas de sua revista para esclarecer aqueles que ele contribuiu para levar ao erro? Manifestamente, não foi essa a sua solução: o padre Lefèvre preferiu fazer-se de inocente, e eis que, para sustentar uma posição tão frágil, ele coloca em ação, no nº 203 de sua publicação (Março-Abril de 1983), a guarda de seus teólogos; o espetáculo vale a pena ser visto e julgamos útil e instrutivo reproduzir alguns extratos para nossos leitores.

Alguns pareceres teológicos... em favor da gnose borelliana

O primeiro parecer é do RP Philibert de St Didier, OFM cap., sob o título "*A propósito de uma controvérsia*".

“*"As controvérsias podem ser úteis, mesmo entre pessoas que, compartilhando a mesma Fé, se querem unidas na mesma divina caridade. Elas podem fazer aparecer aspectos da verdade aos quais não se havia pensado inicialmente. Mas que se guardem de ferir a estima e a confiança mútuas que devemos em nossa fraternidade em Jesus. É isso que me leva a entrar na controvérsia que verdadeiros amigos fazem a um amigo não menos querido, Jean Borella."*

É uma grande pena que a questão seja assim resolvida de ofício e que sejam colocados sob a mesma bandeira os católicos que somos e o gnóstico que é o Sr. Borella (como mostraram as vinte páginas do artigo publicado no nº 9 do nosso Boletim). Não é cedo demais para notar que em todos esses textos da *Pensée Catholique*, nem uma única linha responde ao próprio artigo: essa bizarrice, ou essa prudência, vale por si só mais do que uma longa resposta.

“*"Por quê? Porque ele coloca novamente em circulação uma palavra odiada pelo fato de ter outrora veiculado a heresia, a palavra 'gnose'. Eu mesmo, ao apresentar no nº 180 da Pensée Catholique a notável obra de nosso sábio amigo 'A Caridade Profanada', não havia escondido o movimento de desconfiança que essa palavra me causava, mas o eminente professor se explicou de forma tão delicada e pertinente que pensei este ponto definitivamente esclarecido. Ocorreu de outra forma. O 'Combate da Fé' julgou dever reavivar a desconfiança e um dos redatores da Sociedade Augustin Barruel foi até mesmo pronunciar uma condenação em regra. A resposta que lhe deu Jean Borella, digna e pertinente, empregou-se em restabelecer nobremente a verdade."*

Novo escamoteamento à base de epítetos e advérbios pomposos que não explicam nada, à imagem da famosa resposta do Sr. Borella que publicamos no [Boletim nº 10](#) e que, rodeando o assunto, evitava cuidadosamente abordar, nem que fosse com a ponta da caneta, as verdadeiras questões longamente expostas no artigo questionado. Estranho, não é?

“*"Mas eis que, por último, o crítico que assina no "Le Courier de Rome et d'ailleurs" como Michel Martin, renunciando a atacar a coisa, ainda assim processa a palavra". "É uma dessas palavras que matam", declara ele. Pois existem palavras que matam. E ele dá como prova a palavra "democracia".*

Segue-se todo um desenvolvimento sobre o uso da palavra democracia desde Leão XIII, o que é um recurso fácil para cativar a audiência de católicos antirrevolucionários e falar sem tocar no assunto. Talvez se pudesse recordar a frase de um prelado romano da época da "Aliança" (Ralliement) que, falando da República e do Papa, dizia: *"fizeram-no engolir a palavra, farão com que engula a coisa também"*.

“*"Michel Martin afirma que 'gnose' só pode fazer o mesmo trabalho ruim. Acredito que aqui o raciocínio análogo não se justifica. Em 'democracia', de fato, o contrassenso está na própria palavra: 'governo dos governados'. Engolir isso é envenenar-se. Não é o mesmo com 'gnose', que etimologicamente diz apenas 'ciência' e pode, portanto, ser empregada de forma sadia para designar toda ciência verdadeira"...*

Mas que briga bem menor essa, se "renunciando a atacar a coisa, simplesmente se processa a palavra"... e como tal atitude alegraria o Sr. Borella, especialista em logomaquia!

Infelizmente para ele, não é disso que se trata, mas sim dos problemas de fundo, não obstante o teólogo seguinte, um dominicano, o Padre René Spitz, OP, cuja opinião é precisamente intitulada "Uma briga de palavras".

“*"Briga de palavras mal iniciada pelo Sr. Martin: os dois termos 'gnose' e 'democracia' pertencem a ordens totalmente diferentes. A 'democracia', como governo do povo, nos leva às ciências humanas das quais atualmente se gosta tanto de se vangloriar. A 'gnose' designa o saber em geral. Sem dúvida, o gnosticismo evoca as heresias contra as quais se ergueu Santo Irineu, no final do século II da nossa era. Mas confundir gnose e gnosticismo equivale a confundir ciência e cientificismo, isto é, se pensarmos no século XIX, tomar Claude Bernard e Louis Pasteur por discípulos atrasados de Auguste Comte!"*

O terceiro teólogo, um dominicano anônimo, recusa, por sua vez, *"toda polêmica com autores que manejam tão mal o raciocínio teológico"*. Considerando em que vespeiro gnóstico foram se meter aqueles que pretendem manejá-lo tão bem, e constatando que cegueira incoercível essas más companhias causaram neles, não há motivo para se orgulhar, não, realmente não!

O quarto teólogo boreliano é ainda um dominicano, o Padre Jean Tonneau, OP, que nos diz, entre outras coisas:

“*"Sempre leio com interesse e proveito, em 'La Pensée Catholique', os artigos ou resenhas assinados pelo Sr. Jean Borella, especialmente o artigo publicado no Nº 193 sob o título 'Gnose cristã e gnosés anticristãs'. Que a palavra 'gnose'*

tenha 'má reputação no cristianismo', o próprio autor nos adverte e ele toma o cuidado de reencontrar seu sentido exato e legítimo. Santo Irineu não refutou a gnose, mas 'a pretensa gnose' ou gnose mentirosa, o que leva a crer que existe uma gnose verdadeira".

Vê-se que esses quatro religiosos, todos teólogos eminentes, retomam para si, sem discussão e sem argumento, a velha afirmação cara ao professor Borella, justamente cara, pois constitui o essencial de sua manobra: fazer crer que, ao lado de um mau gnosticismo, existiria uma boa gnose à qual os cristãos deveriam finalmente se converter!

Essa tese constitui uma enorme mentira, ou, mais exatamente, baseia-se em várias mentiras cuidadosamente entrelaçadas que, no entanto, só podem enganar aqueles que querem ser enganados. Que teólogos tenham tido sua perspicácia surpreendida nesse ponto já seria surpreendente, mas que, uma vez avisados e informados, persistam em uma aparente ignorância, pode-se chamar isso de outra coisa senão cumplicidade?

Verdadeira Gnose... e Verdadeiro Gnosticismo

A primeira mentira da tese boreliana consiste em fazer crer que o desacordo se baseia em um simples jogo de palavras, uma briga de palavras como às vezes parecem ser as disputas teológicas.

A palavra "Gnose" seria perfeitamente apta a designar o conhecimento de Deus, e seria necessário ser ignorante e sectário para recusar seu uso. Três observações se impõem aqui:

1. É verdade que a palavra "Gnose", se tomada isoladamente, nua, significa "conhecimento", e até mesmo qualquer conhecimento, e não apenas o de Deus.
2. É igualmente certo que essa palavra "Gnose" não foi retida pela teologia católica verdadeira; apenas tenderam para esse lado aqueles que precisamente queriam introduzir noções gnósticas no cristianismo, e que não poderiam fazer melhor do que usar a palavra para fazer passar o seu conteúdo subjacente.
3. O caso dos Ortodoxos que empregam essa palavra decorre das duas observações anteriores: por um lado, "Gnosis" é a palavra grega que designa o conhecimento, e é compreensível, embora não sem perigo, que alguns gregos a usem; por outro lado, certos teólogos ortodoxos tiveram tendências para-gnósticas que encobriram sob um vocabulário pneumatológico e, longe de serem modelos a seguir, são em parte o tipo que se gostaria de introduzir entre nós e que devemos precisamente evitar.

Disso decorre que o uso da palavra "Gnose", aqui e agora, não poderia ser inocente e não pode ser aceito, tanto menos que a esta primeira mentira se acrescenta uma segunda, ainda mais estarrecedora, que nos leva ao cerne da questão.

A segunda mentira da tese boreliana reside em que essa Gnose tão gentil, e da qual não deveríamos ter medo, não é, na verdade, nada mais que o Gnosticismo, cuja nocividade, por outro lado, se pretende nos conceder.

Aí se esconde a sutileza que pode surpreender mais de um leitor, tentado a acreditar no que lhe dizem, ou melhor, no que fingem lhe dizer: já que o mau Gnosticismo é aparentemente oposto à boa Gnose, parece lógico deduzir que se trata efetivamente de duas realidades diferentes, até mesmo contrárias, e também, naturalmente, que a Gnose é uma coisa boa.

Ora, tudo isso não passa de falsa aparência, mentira descarada, e o que nos é proposto de fato sob o rótulo da "boa Gnose" não é nada mais que a velha mercadoria gnóstica, como é fácil, e até mesmo infantil, perceber pelas referências humanas e bibliográficas do próprio Senhor Borella.

Eis um truque de prestidigitação que não deixa de ter fôlego, reconheçamos, mas que só pode ter êxito se for dirigido a ignorantes, o que certamente não são os eminentes teólogos.

Prevenção nunca é demais, recordaremos brevemente a realidade histórica pura e simples, aquela que é escamoteada pelas habilidades do professor Borella, a cronologia das etapas da Gnose ao longo dos séculos.

As Etapas da Gnose até Nossos Dias

Cronologicamente, encontra-se primeiro a Gnose como um conjunto de doutrinas heterodoxas, e frequentemente heterogêneas, oriundas da Pérsia, da Grécia e do Egito, que se desenvolveram no seio da Igreja como o verme na fruta; seus partidários eram chamados de Gnósticos.

A Igreja teve grande dificuldade em conter essa massa de doutrinas estranhas a ela, mas que utilizavam em parte o vocabulário e as redes humanas cristãs, numa situação comparável à da crise modernista do último século. A luta durou vários séculos, grosso modo do I ao VI século, e o desaparecimento final da Gnose no Ocidente foi sobretudo o fruto imprevisto das invasões bárbaras.

O Senhor Borella, que sabe o quanto seria difícil fazer aprovar essa situação pelos católicos tradicionais, que constituem seu público, pretende condená-la sob o nome de Gnosticismo para manter livre a palavra "Gnose", quando se trata de uma única e mesma coisa, como ele sabe perfeitamente e melhor que ninguém.

Extinta no Ocidente, ou pelo menos posta de lado, a Gnose continuou a grassar no Oriente, parcialmente entre os Ortodoxos, e muito mais amplamente nos meios não cristãos, particularmente no Islã que, em sua forma esotérica, é puramente gnóstico (nota 3).

No próprio Ocidente, a Gnose reapareceu com força na Idade Média a partir do século XII, e as redes gnósticas, ou, se preferir, as ressurgências gnósticas, nunca cessaram desde então até os dias de hoje (nota 4).

Ora, se o Senhor Borella condena, ou melhor, finge condenar os gnósticos dos primeiros séculos, suas referências humanas e bibliográficas baseiam-se quase todas nos gnósticos de todos os tempos, do Oriente e do Ocidente, que têm os mesmos princípios fundamentais e as mesmas técnicas místicas. Isso não é difícil de saber, basta saber ler... mas ainda é preciso ter o desejo e a vontade.

É possível, então, pedir a teólogos eminentes, que dominam tão bem a linguagem teológica e filosófica, que leiam as obras daquele cuja causa tanto defendem, embora aparentemente ignorem seu pensamento real?

Mais uma vez, não é o Sr. Borella que nos interessa particularmente, e se estudamos seu caso, é sobretudo devido à sua especialização nos meios católicos tradicionais.

O despertar gnóstico contemporâneo, há cerca de sessenta anos, ultrapassa em muito o Sr. Borella, que é apenas um de seus elementos, e quem quiser compreender esse assunto deve, imperativamente, familiarizar-se com as grandes linhas do florescimento gnóstico no século XX.

Aliás, foi para facilitar esse estudo aos nossos leitores que desejassem empreendê-lo que dedicamos a ele os três dias de nosso colóquio de agosto de 1982 e começamos a publicar suas comunicações em forma de artigos (nota 5).

As facetas do renascimento gnóstico no século XX

Aquém das influências literárias que se encontram em abundância na obra da maioria dos escritores românticos, as primeiras afirmações neognósticas que aparecem no final do século XIX são obra de redes maçônicas, em ruptura com o "racionalismo" das lojas da época.

Não voltaremos aqui a esse aspecto já mencionado no [capítulo sobre os primeiros passos de René Guénon \(nº10\)](#), pois precisamente o devenir guénoniano e a própria ação do mestre franco-islâmico tornaram caducos os primeiros esforços paramaçônicos.

Ao final da guerra de 14-18, período de ruptura em muitos domínios, entre os anos 1920 e 1930, vemos assim constituírem-se várias redes gnósticas; de inspirações diversas, reunidas em torno de mestres diferentes, todas manifestam, no entanto, a firme intenção de propor aos ocidentais uma versão ocidentalizada do velho gnosticismo oriental: além de Guénon, basta citar a Antroposofia de Rudolf Steiner, cisão paracristã da Teosofia de Madame Blavatsky (sociedade fundada em 1875 nas Índias para difundir o orientalismo no Ocidente); e o grupo Atlantis de Paul le Cour, dedicado ao esoterismo cristão. Essas duas organizações ainda existem em 1983, e são muito ativas e influentes, mesmo que tenham sido copiadas atualmente por outras estruturas, como a Nova Acrópole.

Na mesma época, e sem dúvida sob a influência dos esforços lembrados anteriormente, começou a se constituir um gnosticismo universitário. As relações estabelecidas entre diversos especialistas, filósofos, psicólogos, historiadores das religiões, finalmente resultaram em 1933 na criação do Círculo de Eranos em Ascona, na Suíça, sob a influência do teólogo alemão Rudolf Otto (promotor da noção do "numinoso", isto é, o Sagrado sem Deus).

Em Ascona, reuniram-se anualmente durante cinquenta anos um grande número de universitários, dos quais um dos principais foi por muito tempo o psiquiatra suíço C. J. Jung, bem conhecido e de quem teremos oportunidade de falar novamente. Encontramos lá também o cabalista Gershom Scholem, o islamólogo gnóstico Henri Corbin e o historiador francês Denis de Rougemont, entre outros.

Nesse local, por onde passaram mais de 150 especialistas, foi lentamente elaborado um corpo de doutrinas gnósticas próprias para agradar aos meios intelectuais e aos ocidentais descristianizados, em busca de novas espiritualidades. Essas doutrinas foram depois difundidas por uma infinidade de obras, cujo número já não é possível contabilizar, e através de uma multidão de organizações das quais falaremos mais tarde.

O desenvolvimento dessas correntes levou, há quatro anos, em 1979, à organização de um encontro internacional em Córdoba, na Espanha, onde cerca de sessenta pesquisadores de nível mundial se reuniram em torno do tema "*Ciência e Consciência ou as duas leituras do Universo*". Essa reunião marcou, pela primeira vez a céu aberto, a convergência entre a tendência literária, filosófica, mística e a tendência científica, representada por uma trintena de físicos e neurofisiologistas, incluindo vários prêmios Nobel, abertamente gnósticos, daí sua extrema importância; é preciso notar que a organização ficou a cargo da rádio France-Culture, que depois, em 1980, garantiu a difusão das comunicações e dos debates em uma série de programas radiofônicos e sob a forma de um grande livro publicado pela editora Stock (6).

Na mesma época, em 1979, foi publicado pelas Edições du Cèdre o livro "*A Caridade Profanada*", que marcou o aparecimento a plena luz (embora de forma relativa!) do grupo do padre Stéphane, padre "esoterista católico".

Pouco tempo depois, o Sr. Borella começou sua colaboração com a Fraternidade São Pio X no âmbito do Instituto Universitário São Pio X em Paris. Participou de um colóquio sobre o tema "Visto de Cima", cujos anais foram publicados pelas Edições *Fideliter* e divulgados pela revista de mesmo nome, órgão da Fraternidade na França.

Em seguida, o Sr. Borella escreveu o prefácio de outra obra, também publicada pelas Edições *Fideliter*, intitulada "*A Busca de Rafael*"; nesse livro, que pretendia colocar a mística eucarística ao alcance das crianças através de uma fantasmagoria de conto de fadas, o Sr. Borella inseriu habilmente a noção do Graal, sem explicitá-la muito, como uma pedra de espera para desenvolvimentos futuros. Segundo sua própria expressão, foi preciso esperar o final do século XX e os excessos dos progressistas para que tal empreendimento fosse possível; ele não está errado, pois até então ninguém teria podido, nem ousado, reintroduzir um tema tão estragado como o do Graal entre católicos verdadeiros (nota 7), a náusea teria sido forte demais: mas, sob o pretexto de complacências eclesásticas diversas e no estado de ignorância generalizada de nosso tempo, por que o Sr. Borella se importaria?

De fato, o senhor Borella e seus amigos não se importam muito, e não se pode negar que eles agem da forma mais arrogante em relação aos seus "amigos católicos". Vejam só.

Desde o final de 1982, uma das redes guenonianas francesas publica um pequeno folheto bastante revelador sob o título "*Rumo à Tradição*", que certamente instruiria os teólogos se eles soubessem ler.

Rumo à Tradição...?

Já na primeira edição, publicada em novembro de 1982, os textos não hesitam em ser dos mais explícitos; após destacar a citação de F. Schuon "*Tudo que é tradicional é nosso*", o artigo principal apresenta a orientação geral da equipe sob o título "*Quem somos nós?*", exibindo desde já o patrocínio de Guénon:

“... É à luz dos *Princípios Tradicionais*, tais como nos foram reapresentados por René Guénon, que nos esforçaremos, sempre que possível, para julgar o "*Mundo Moderno*" em todas as suas atividades...”

Em seguida, esclarece que a equipe presente é apenas uma entre muitas que também trabalham para difundir o gnosticismo guenoniano em diversos meios:

“... Nossa ação, apesar de todas as suas insuficiências pessoais das quais temos consciência, inscrever-se-á, portanto, modestamente na corrente, agora irreversível, de reflexões e energias que outros já realizaram e realizam atualmente numa perspectiva idêntica, segundo modalidades próprias, em níveis e posições diferentes, mas com uma esperança comum e dupla: contribuir para a resolução da ANOMALIA que constitui o mundo moderno e, correlativamente, promover tudo o que possa concorrer para o surgimento de uma Nova Cidade Tradicional...”

Abordando em seguida os diferentes planos dessa ação tradicional, o artigo chega à religião, domínio onde também é igualmente claro:

“A Tradição una em seu princípio é necessariamente diversa em suas manifestações: o cristianismo é uma delas. Consideramos, portanto, a religião cristã, em seus dois ramos católico e ortodoxo, mas também em sua dupla dimensão exotérica e esotérica, como a forma religiosa própria do Ocidente, que as disposições providenciais lhe deram como via de acesso à transcendência, sem que essa adesão fundamental possa nos proibir de fazer referência a outras formas tradicionais, religiosas ou metafísicas, sempre que a oportunidade o exigir...”

O ecumenismo é assim estendido não apenas aos cristãos cismáticos, mas também a todas as religiões, e sabe-se que o próprio Guénon foi ao mesmo tempo católico, hinduísta, taoísta e muçulmano: compreende-se que o esoterismo seja necessário para conciliar tamanha diversidade. Apenas um ramo é excluído dessa compreensão tão ampla, e ficamos felizes com isso:

"... Mais uma vez, devemos marcar distância em relação a uma corrente chamada catolicismo tradicionalista, justamente em virtude do exclusivismo em nome do qual, num constante apriorismo, ela nega a outras formas tradicionais a autenticidade espiritual. E o que pensar do "fechamento primário" que ela demonstra em relação à dimensão esotérica, na qual ela só quer ver, na melhor das hipóteses, elucubração fantasiosa, na pior, e é mais frequentemente o caso, heresia, obra do maligno, o que é no mínimo paradoxal..."

Infelizmente! A realidade não é tão definida quanto essa bela afirmação: alguns guenonianos, ao contrário, fizeram de tudo para não manter distância e para penetrar entre os católicos. O mesmo artigo não nos esconde isso de forma alguma, pois, após dedicar um parágrafo aos progressistas, continua nestes termos:

“... Deixando "tradicionalistas" e "progressistas" às suas mútuas invectivas e excomunhões, tomaremos cuidado para não esquecer que surgem e se expressam, finalmente, no seio do próprio catolicismo, personalidades como o padre Stéphane, Jean Borella, François Chénique e outros, que constituem um grupo não formal, mas influente, deliberadamente engajado por seus escritos numa perspectiva autenticamente tradicional. Eles serão, por esse motivo, preciosos companheiros de jornada..."

Quem ainda não entendeu? Se houvesse alguém, o segundo número de *"Rumo à Tradição"* tem a bondade de retomar o assunto, indo em socorro da *"Caridade Profanada"*; o senhor padre Coache, por ter assinado uma advertência contra o senhor Borella em seu boletim *"O Combate da Fé"* da primavera de 1982, recebe uma reprimenda severa, sendo chamado de "tradicionalista crispado" e depois de "grande Inquisidor"; em trinta linhas, tudo está lá: *"contra-sensos e solicitações dos textos... o espírito de discernimento definitivamente não é seu forte..."*; e o artigo conclui:

“... Só podemos aconselhar a nossos amigos a leitura de "A Caridade Profanada", verdadeira suma para um catolicismo autenticamente tradicional, heterogêneo ao dogmatismo esclerosado dos tradicionalistas..."

O julgamento dos melhores especialistas atuais, como não entender que o Sr. Borella e seus amigos são HETEROGÊNEOS ao verdadeiro catolicismo, e que dentro das revistas e organizações católicas são apenas lobos em pele de cordeiro? - Para uma vez que dizem a verdade, por que não acreditá-los?

O Ecumenismo segundo São Guénon...

Heterogêneo ao verdadeiro catolicismo, precioso companheiro de estrada dos guenonianos de "*Vers la Tradition*", o Sr. Borella assina em seguida, no nº 4/5 deste Boletim publicado durante o verão de 1983, um artigo sobre "*As Ilusões do Ecumenismo*". Nele, desenvolve uma concepção tipicamente guenoniana da unidade cristã, muito próxima da teoria dos Ramos cara aos ecumenistas ingleses do século XIX: o catolicismo, a ortodoxia, o protestantismo e o anglicanismo seriam "*quatro estilos religiosos que, sem dúvida, o encontro de uma mesma revelação com temperamentos culturais diferentes não poderia deixar de suscitar*".

Partindo do princípio de que a fé cristã repousa sobre um "triângulo dos fundamentos" — a Tradição Apostólica oral, a Tradição bíblica escrita e a Tradição Dogmática eclesial —, o Sr. Borella considera que os gregos permaneceram fiéis à primeira e os protestantes à segunda, cabendo aos católicos, é claro, guardar a letra do dogma! Nosso autor continua: "*se essas rupturas são fracassos quanto à unidade, elas permitiram preservar, tanto quanto possível, o que cada forma julgava essencial, e, por meio disso, uma atmosfera espiritual legítima*".

Logicamente, ele lamenta que o ecumenismo atual, o dos progressistas, queira fazer a unidade por redução ao menor denominador comum, enquanto, segundo ele e seus amigos guenonianos, um verdadeiro ecumenismo deveria realizar a reunião das riquezas de cada um; deixemo-lo concluir:

“Se resta uma possibilidade de praticar um ecumenismo verdadeiramente tradicional (isto é, conforme à ética guenoniana que constitui a espinha dorsal do pensamento borelliano), ela não pode residir no enfraquecimento ou na renúncia da especificidade do cristianismo latino — que está aqui diretamente em causa —, mas apenas no esforço para reencontrar, no seio da própria forma *E DE DENTRO PARA DENTRO*, as virtudes complementares do cristianismo integral que um melhor conhecimento das outras formas nos terá revelado. No dia em que os católicos tiverem reencontrado o sentido da transcendência soberana do Pai e da imanência desafiante do Espírito, a Igreja de Pedro se tornará novamente *O ECUMENE*, a morada universal para todos os irmãos em Jesus Cristo”.

Uma felicidade nunca vindo sozinha, o diretor de "*Vers la Tradition*", Roland Goffin, cometeu outro artigo sobre o mesmo tema neste boletim nº 4/5; ele retoma os mesmos temas, complementando-os de forma bastante edificante, pois, livre dessas vãs pudicícias às quais o Sr. Borella às vezes se sente obrigado em razão de suas relações católicas, ele vai direto ao cerne de seu pensamento comum.

Ele distingue três ecumenismos: o primeiro, humanitário, que é aquele perseguido pelos promotores do movimento "*Life and Work*"; o segundo, religioso, do qual tratou o Sr. Borella e que pode ser encarado do ponto de vista progressista e do ponto de vista "tradicional"; um terceiro, enfim, o verdadeiro, evidentemente, para o qual não podemos fazer melhor do que reproduzir o texto do próprio Sr. Goffin:

"Quanto ao terceiro tipo de ecumenismo, que T. Schuon qualifica muito justamente de esotérico, ele se situa simetricamente no oposto do ecumenismo humanitário. Em ambos os casos, trata-se da busca de um denominador comum: por baixo para este, por cima para aquele. O Ecumenismo esotérico só pode ser realizado por via de síntese — passagem ao limite — que permite integrar as formas (as essências) sem destruí-las. É apenas no ecumenismo esotérico que se supera — por dentro — toda forma religiosa, reencontrando, pelo alto, a própria essência de toda forma, no Lugar dos possíveis, no Verbo, além e aquém de toda manifestação histórica, no Centro onde todas as Tradições têm origem principalmente.

Por definição, o ecumenismo esotérico só é possível, portanto, na GNOSE (1) e não na FÉ, na metafísica e não na dogmática.

Inspirando-nos em Máximo, o Confessor, podemos dizer, de fato, que pela GNOSE — assim compreendida — são superadas as formas natural, escriturária e sacramental, todas três regulando e reinando sobre os três mundos que constituem a manifestação, e se presta o culto total ao coração do real, ao Verbo em quem todas as oposições são resolvidas e em quem todas as formas são noeticamente transparentes umas às outras".

(1) Nota de R. Goffin — Jean Borella in "A Caridade Profanada" p. 387. "A palavra gnose, decalque do grego gnosis, significa conhecimento. Se é útil empregá-la, é porque não se trata de um conhecimento ordinário, mas de um conhecimento sagrado, e ele não é apenas sagrado em seu objeto, que é a essência divina, mas também o é em seu modo, que é uma participação no conhecimento que Deus tem de si mesmo".

Por um cúmulo de ironia, no meio deste artigo já tão explícito, são inseridos lado a lado dois grandes anúncios publicitários: um para o livro do Sr. Borella, *A Caridade Profanada*, com o subtítulo bem revelador para quem sabe ler "*Subversão da alma cristã*"... e outro para uma obra do Sr. Jean Tourniac, gnóstico bastante conhecido, cujo título não deixa de ter sal: "*Simbolismo maçônico e tradição cristã, um itinerário de Israel a Cristo*".

O Sr. Tourniac também é especializado, e há muito tempo, no "esoterismo cristão", mas sua produção, aliás interessante, se embaraça com poucas precauções para poder enganar um católico.

Será por causa dessa vizinhança incômoda que, de repente, no nº 6 de "*Vers la Tradition*" publicado no outono de 1983, o Sr. Borella tem um acesso de fúria e, numa carta datada de 13 de junho de 1983, expressa sua discordância?

Ele que, na seção de cartas dos leitores publicada no nº 4/5 (onde foi reproduzido seu artigo estudado acima), escreveu a essa equipe:

"A orientação da revista que vocês pretendem lançar com muita coragem me parece excelente. René Guénon continua sendo a referência e o polo doutrinal do nosso tempo, mesmo que eu tenha algumas ressalvas sobre certos pontos e certos limites inevitáveis",

de repente percebe uma grave divergência, a ponto de não poder mais colaborar no futuro. Do que se trata?

Seis meses antes, o editorial "*Quem Somos*" publicado no nº 2 de "*Vers la Tradition*" dizia:

“... tomando a *Idade Média* como modelo, podemos nela buscar nossa inspiração para criar, inventar **COM PEDRA SE POSSÍVEL E SEM ELA SE NECESSÁRIO, UMA FORMA NOVA, MAS NEM POR ISSO MENOS FIEL À TRADIÇÃO.**”

E eis que seis meses depois, de repente, o Sr. Borella, tomando como argumento essa "velha bobagem" que até então não o incomodara, se irrita contra amigos com os quais compartilha quase tudo e cujo pensamento e ações acabara de aprovar. Será que ele se tornou subitamente um papista ferrenho ou, mais simplesmente, prudente, um pouco tarde, não é verdade?

Acreditamos, ao final destas poucas páginas, que aqueles que querem ver e compreender poderão fazê-lo um pouco melhor; deliberadamente fomos muito sucintos, limitando-nos ao fio dos fatos sem nos alongarmos em longas considerações doutrinárias.

O estudo doutrinal é indispensável, e é realizado abundantemente em outros artigos, mas quisemos aqui estabelecer um simples esboço que permita a qualquer um abordar uma questão que alguns gostariam de cobrir com uma névoa protetora (nota 8).

Pelo contrário, é necessário que tudo seja muito claro e, para isso, resumiremos a situação nestas últimas linhas.

Não, o Sr. Borella não é um pensador cristão a quem se poderiam reprovar algumas expressões errôneas, ou mesmo algumas ideias no limite da ortodoxia católica. Se assim fosse, nunca nos teríamos interessado por ele, muito ocupados em outro lugar, e, sem dúvida, no tumulto das polêmicas geradas pela crise na Igreja, nunca teríamos sequer notado sua existência.

Não, o Sr. Borella não é assim, ele é completamente diferente; ele é a ponta fina, a parte emersa de um iceberg cuja parte submersa é, infelizmente, uma *terra incognita* para a maioria dos católicos tradicionais: **ele é gnóstico.**

A corrente gnóstica, neognóstica se preferirem, que empreende uma ação poderosa e sistemática há cinquenta anos no Ocidente, e notadamente na França, sempre quis penetrar no meio católico. Ora, a crise na Igreja, que tomou um rumo acelerado desde a morte do Papa Pio XII em 1958, permitiu que as equipes gnósticas já bem treinadas se infiltrassem nas redes católicas tradicionais,

em primeiro lugar a *Pensée Catholique* do padre Luc J. Lefèvre, que lhes forneceu uma cobertura incomparável.

Como é concebível que teólogos tradicionais (no sentido católico da palavra) tenham se deixado seduzir assim? Eis uma questão que o futuro não deixará de esclarecer, à medida que se fizer a partilha entre os simples enganados e os verdadeiros cúmplices: contentamo-nos em colocá-la, embora tenhamos algumas ideias a esse respeito.

A partir da *Pensée Catholique*, a manobra de penetração se estendeu a outras organizações católicas, sem que a maioria de seus membros sequer tivesse consciência disso. Mas hoje soa a hora do despertar e muitos começam a dizer: os gnósticos estão entre nós, primeiro num tom de espanto, depois de raiva...

Que essa constatação seja dolorosa por mais de um aspecto, que alguns precisem até de coragem para fazê-la em voz alta, correndo o risco de perder amigos ou apoios, isso é provável, mas não pode absolutamente ser colocado na balança contra o serviço da Verdade. Quanto mais ainda para os padres...

P. R.

Nota 1 - Ver a respeito o relatório do Colóquio de agosto de 1982 da Sociedade Augustin Barruel sobre "[O Espiritualismo Subversivo](#)" publicado no Boletim nº 10, p. 56 a 59. A lista de artigos sobre a Gnose encontra-se na página 57.

Nota 2 - A difusão parece ter sido mais abundante em duas redes eclesásticas: a Fraternidade São Pio X e o *Opus Sacerdotale*.

Nota 3 - Não faltam obras atuais sobre esta importante questão; algumas são até escritas e difundidas por amigos do Sr. Borella (como "*A doutrina iniciática da Peregrinação à Casa de Alá*", publicada em 1982 pelas edições de *l'Oeuvre*), de modo que, se os teólogos do padre Lefèvre ignoram este problema, podem documentar-se junto ao autor de *A Caridade Profanada*. Mas é sequer concebível que realmente o ignorem?

Nota 4 - Estudos posteriores serão dedicados a este assunto, mas este mesmo artigo contém alguns esclarecimentos sobre a situação contemporânea e suas raízes próximas.

Nota 5 - Um primeiro artigo saiu no Boletim nº 10 sob o título: "[René Guénon, um muçulmano desconhecido](#)". Era necessário começar por aquele que foi e continua sendo o mestre de toda uma parte do movimento gnóstico atual, especialmente do Sr. Borella e de seus amigos.

Nota 6 - Estas breves noções históricas, resumidas ao extremo, serão desenvolvidas em outros estudos posteriores.

Nota 7 - Não poderíamos, contudo, ser demasiado gratos ao Sr. Borella por sua iniciativa, que nos fornecerá a ocasião de um próximo artigo sobre o Graal, tema gnóstico tão rico e tão típico do

"Esoterismo Cristão".

Nota 8 - Este breve artigo tende a mostrar em que quadro se deve situar a ação borelliana, a que "micélio" ela se prende, mas um estudo mais amplo e mais aprofundado das redes gnósticas é indispensável, e tornou-se possível na fase atual de "desocultação", como mostram as citações de *"Vers la Tradition"*.

O DRAMA DO RALLIEMENT -

2

Em um primeiro artigo, publicado no [Boletim nº 11](#), foram recordados o quadro histórico no qual se situou o Ralliement, bem como as manobras sucessivas e progressivas que a ele conduziram. Este segundo artigo gostaria de sublinhar as numerosas contradições que são a marca principal deste empreendimento: contradições nos textos primeiro, depois contradições entre os textos e a prática, contradições finalmente entre o objetivo visado e o resultado obtido, a desunião e o enfraquecimento dos católicos face à Revolução.

TÍTULOS DOS PRINCIPAIS CAPÍTULOS

As contradições - O Ralliement à República é, na realidade, um Ralliement ao liberalismo e ao laicismo - O Ralliement aos poderes do dinheiro - Erros e ideias falsas na base do Ralliement - Os Resultados - Uma Aberração: a Infalibilidade do Ralliement - Outra aberração: o pecado do não-Ralliement - O Fracasso do Ralliement - O Domínio da oração -

Criticou-se os católicos por não terem obedecido às ordens do Sumo Pontífice; alguns monarquistas acharam inaceitável uma intrusão da autoridade eclesiástica no domínio político; e, do outro lado, alguns *ralliés* não combateram ou combateram frouxamente a legislação. Eles são desculpáveis: pode-se obedecer a ordens contraditórias?

As contradições, de fato, não faltam; na entrevista ao *Petit Journal*, o Papa dissera: "*Sou de opinião que os cidadãos devem se reunir no terreno legal, cada um pode guardar suas preferências íntimas*" e, na carta aos cardeais, pedia: "*aceitar sem reservas, com esta lealdade perfeita que convém ao cristão, o poder civil na forma em que de fato existe*". Como se pode conciliar a liberdade de guardar suas preferências íntimas e a aceitação sem reservas?

Segundo alguns, a aceitação sem reservas seria uma aceitação que renunciaria à insurreição e a toda via não legal para fazer triunfar sua opinião, mas o texto da carta aos cardeais não dá de modo algum esta precisão.

Pode-se perguntar e perguntou-se se Leão XIII reivindicou um *Ralliement* provisório ou um *Ralliement* definitivo: a manutenção das preferências íntimas suporia o provisório, e a aceitação sem reservas seria uma aceitação definitiva. O *Ralliement* provisório poderia justificar-se por razões de oportunidade; um *Ralliement* definitivo seria totalmente inadmissível, seria ligar a religião católica à forma republicana de governo, seria querer uma república, senão de direito divino, ao menos de direito eclesiástico.

BELIN, que escrevia sob o nome de AVENTINO, considerava em seu livro "A doutrina de Leão XIII" como uma evidência que o *Ralliement* era apenas provisório:

“*"Não é necessário ir mais longe para perceber que o apelo à união dos católicos lançado por Leão XIII, seu grito de Ralliement, para o comando do poder republicano, não significava sua consagração definitiva da república à França. Como o próprio Leão XIII diz, foi a razão de oportunidade necessária, mas de oportunidade, que ele obedeceu ao ordenar aos católicos que se submetessem ao regime existente; ora, o próprio da oportunidade é a instabilidade"*.

Com base no relato de uma audiência concedida pelo Papa em 1884 ao Barão de MONTAGNAC e reportado pelo Jornal, a interpretação de AVENTINO para o provisório é a correta. Leão XIII teria assim revelado suas intenções:

“*"Enganam-se, você e os outros, sobre meu pensamento, não o compreendem por inteiro, não sabem segui-lo até o fim. A adesão que os católicos devem fazer à república é apenas provisória. O que faz com que os católicos sejam excluídos de tudo é que os consideram monarquistas. Quando os católicos tiverem entrado na República, chegarão a tudo, aos cargos e às cadeiras eleitorais; e então serão os senhores, e mandarão a república embora, substituindo-a por uma realeza, se quiserem"*.

Por outro lado, na assembleia católica da juventude francesa em GRENOBLE, em maio de 1892, um dos participantes, François DESCOTTES, explicou como se deveriam entender as palavras do papa, exclamando:

“*"É preciso que o país possa dizer a si mesmo, ao obter a prova de sua sinceridade, que as instituições que ele se deu e que tem o direito de conservar, vocês as fazem suas; não apenas não as combatem, mas as consideram como adquiridas, como definitivas, tão indiscutíveis quanto a monarquia constitucional na INGLATERRA e o partido federal na SUÍÇA e nos ESTADOS UNIDOS"*.

Alguns dias depois, o orador que dera tal interpretação do pensamento pontifício recebeu uma carta de elogios do cardeal secretário de Estado RAMPOLLA.

Então, *Ralliement* provisório ou *Ralliement* definitivo? Como se orientar? Um tal Charles BOTA (pseudônimo, ao que parece, de um jesuíta) encontrou uma resposta. Para ele, a aceitação da república não deve ser nem transitória nem definitiva, uma vez que a declaração dos cardeais não usou essas palavras. Isso lembra um pouco o senhor JOURDAIN, que não queria nem a prosa nem os versos.

O padre BARBIER cita a seguinte frase:

“*"Essa resignação voluntária, mas não silenciosa, nem definitiva e sem esperança, que não é uma adesão, deve ser uma aceitação não limitada a um período eleitoral ou a uma tática transitória, mas sem segundas intenções, sem limite explícita ou implicitamente atribuído a essa atitude"*.

O padre BARBIER pergunta-se se tudo isso não parece um rébus. DRUMONT escreveu na *Libre Parole* (02.02.1897):

“*"Diante de tal estado de coisas, as instruções do papa aparecem à maioria dos católicos como verdadeiros logogrifos. Os católicos, já o disse vinte vezes, não compreendem o que o papa lhes pede, e quanto mais os comentaristas comentam, menos se entende"*.

Em nossa opinião, a comparação com o rébus ou o logogrifo é justa considerando a dificuldade de interpretação, mas é insuficiente, pois rébus e logogrifos são jogos que geralmente têm uma solução, mas quem pode dizer a verdadeira solução para recomendações contraditórias?

Pode-se ver também uma contradição na frase da carta aos cardeais que lamenta *"que se faça passar por uma funesta inversão de ideias a política que divide antes da religião que une"*. Evidentemente, a religião deve sempre vir antes da política; a razão é que o objetivo de uma é de qualidade muito mais elevada que o da outra; o espiritual deve vir antes do temporal, os bens celestes antes dos bens terrenos; o motivo único de que uma une e a outra divide é mais contestável e, em todo caso, secundário, mas pode-se perguntar se prescrever uma atitude política por parte de uma autoridade religiosa não é dar um lugar excessivo a essa política. Não se vê por que o fato de ser monarquista faria a política vir antes da religião, e o fato de ser republicano faria a religião vir antes da política.

Existia também outra posição, a do indiferentismo, que colocava de lado os problemas políticos, não se pronunciando nem pela monarquia nem pela república – a questão da forma de governo era deixada, de certo modo, entre parênteses. Essa foi a posição da União da França Cristã, fundada por instigação do cardeal RICHARD, arcebispo de PARIS, em 1891. À primeira vista, tal atitude deveria dar satisfação ao papa, que queria colocar a religião antes da política. O comitê central da União da França Cristã tinha como presidente CHESNELONG, como vice-presidentes KELLER, DE MAKAU, Albert DE MUN e d'HERBELOT. Seu programa, formulado por CHESNELONG, era o seguinte:

“*"A união de todos os católicos entre si, sem aceitação de partidos políticos, no terreno da reivindicação e da defesa das leis e das liberdades da França Cristã e, por conseguinte, da ab-rogação ou da revisão profunda das leis que*

sacrificaram ou mutilaram essas liberdades; aliança com todos os homens leais e sinceros que, sem compartilhar absolutamente todas as nossas crenças, se associassem clara e explicitamente, por amor à justiça, às nossas reivindicações."

Após a carta aos franceses de 16 de fevereiro de 1892, a União da França Cristã publicou, em 22 de março, um comunicado, dizendo em especial:

“*"Encontramos nesta palavra do Soberano Pontífice o próprio programa de nossa obra. A União da França Cristã, por suas declarações, bem como por seus atos, já mostrou que caminhava nessa direção. Sente-se encorajada a perseverar nela, com a ajuda de Deus e o concurso de todos os que amam a religião e a pátria"*.

Em 12 de maio de 1892, um telegrama do Cardeal RAMPOLLA, secretário de Estado, desautoriza a União da França Cristã, pedindo aos católicos franceses que se coloquem no terreno constitucional e não mais no terreno da neutralidade.

Seguiu-se a dissolução da União:

“*"A União da França Cristã havia se fundado no terreno da neutralidade política, para agrupar em torno da defesa religiosa o concurso dos cristãos e de todas as pessoas honestas, quaisquer que fossem suas opiniões. Esse terreno de neutralidade não parecendo mais corresponder aos desejos expressos pelo Santo Padre, o comitê da União, cuja defesa religiosa era o único objetivo, julgou cumprir seu dever separando-se"*.

Leão XIII não queria a neutralidade; ordenava aos católicos que tomassem posição a favor da forma republicana de governo. É de notar que ele ia mais longe do que lhe havia pedido GRÉVY em 1883. GRÉVY lhe havia solicitado *"manter os inimigos da república nessa neutralidade política que é o grande e sábio pensamento de seu pontificado"*. Jules GRÉVY havia se enganado. O grande pensamento do Pontificado não era a neutralidade política, mas a entrada na república.

A carta *"Au milieu des sollicitudes"* não havia causado muita emoção aos franceses; o mesmo não ocorreu com a carta aos cardeais e o telegrama do secretário de Estado. A União da França Cristã acreditava corresponder ao pensamento do Soberano Pontífice. Ocorreu então uma mudança de atitude e uma acentuação do *Ralliement*; Dom FAVA, bispo de GRENOBLE, afirmou sua obediência plena, absoluta e sem restrições às diretrizes pontifícias; Dom d'HULST havia escrito em 1891: *"O que dirão se o próximo papa quisesse obrigar todos os católicos a se tornarem monarquistas? E em que isso lhe diz respeito, Senhor? Se, em vez de um WINDTHORST, o centro alemão tivesse tido um LAVIGERIE, ele já teria vivido por muito tempo"*, e em maio de 1892 ele se submete às ordens do

Santo Padre. Albert de MUN fez esta declaração:

“Sou daqueles que estão resolvidos a colocar sua ação política no terreno constitucional e, assim, conformar sua atitude à direção dada pelo papa”.

O RALLIEMENT À REPÚBLICA É, NA REALIDADE, UM RALLIEMENT AO LIBERALISMO E AO LAICISMO

As diretrizes de Leão XIII baseiam-se na distinção fundamental entre a legislação e as instituições. Era necessário, ao mesmo tempo, combater a legislação anticristã e aceitar as instituições estabelecidas.

“No domínio da ação, só existe o governo que a França se deu – a república é uma forma de governo tão legítima quanto as outras. Aceitar os governos constituídos não é apenas permitido, mas exigido, até mesmo imposto pela necessidade do bem social. É preciso aceitar sem segundas intenções o poder civil na forma em que, de fato, ele existe”.

Aliás, o mesmo Leão XIII havia dito:

“Viram-se constituir governos sem que se levasse em conta Deus e a ordem por Ele estabelecida” (Encíclica *Quod Apostolici*, 28/12/1878); “quanto à pretensão de fazer do Estado algo completamente alheio à religião, podendo administrar os negócios sem levar em conta Deus como se Ele não existisse, é uma temeridade sem exemplo mesmo entre os pagãos” (*Humanum Genus*, 20/04/1884).

“As sociedades políticas não podem, sem crime, conduzir-se como se Deus não existisse de modo algum” (*Immortale Dei*, 1º/11/1885). “Aqueles que, no governo dos Estados, querem não levar em conta as leis divinas, desviam realmente o poder político de sua instituição e da ordem prescrita pela natureza” (*Libertas Praestantissimum*, 20/06/1888).

“Retornar aos princípios cristãos e confirmar neles a vida, os costumes e as instituições dos povos é uma necessidade” (*Sapientiae Christianae*, 10/01/1890).

“Desde que o Estado recusa dar a Deus o que é de Deus, falha sob este aspecto no objetivo principal de sua instituição, acaba por renunciar a si mesmo e desmentir a razão de sua própria existência” (*Au Milieu des Sollicitudes*,

16/02/1892).

A questão que se coloca é saber se o governo que a FRANÇA se deu, a república tal como existe em 1892, corresponde ao que LEÃO XIII julga absolutamente necessário nas encíclicas e, como vimos, até mesmo em *"Au Milieu des Sollicitudes"*. O Governo da III República reconhece a soberania de DEUS?

Somos obrigados a responder negativamente. Em 13/04/1790, a Assembleia Constituinte rejeitou uma moção que dizia que a religião católica, apostólica e romana é e permanece sempre a religião da nação. Os treze séculos que a separavam do batistério de REIMS foram renegados.

Em 1814, a Restauração trouxe de volta, em parte, o antigo estado de coisas, mas desde a revolução de 1830 a religião católica não era mais do que a da maioria dos franceses — e Dom PIE pôde dizer em 1859 a NAPOLEÃO III:

“ *"Por toda parte onde JESUS CRISTO não exerce Seu reinado, há desordem e decadência. Ora, tenho o dever de lhe dizer que Ele não reina entre nós e que nossa constituição não é, de modo algum, a de um Estado cristão e católico"*.

Ele acrescentou a frase célebre:

“ *"Se o momento não chegou para JESUS CRISTO reinar, o momento não chegou para os governos durarem"*.

A constituição de 1875 havia, contudo, previsto orações públicas no início das sessões das câmaras, mas essas orações públicas foram suprimidas pela reforma constitucional de 1884.

O regime em vigor em 1892, portanto, não reconhecia a soberania de Deus; aliás, era isso o que pensavam e desejavam os homens políticos no poder naquela época. Para eles, a legislação antirreligiosa era a consequência necessária da natureza das instituições.

Ouçamos FERRY dizer em 21/12/1890:

“ *"Não posso admitir que se toque no princípio das leis escolares; elas não constituem expedientes passageiros, caprichos ministeriais, são a alma da democracia que fundamos"*.

Vimos que o deputado HUBBARD, em fevereiro de 1892, alguns dias antes da encíclica, falava da incompatibilidade absoluta entre a Igreja Católica e o Estado neutro. Para ele, em 1892, o Estado é

neutro.

Em junho de 1889, A. de MUN manifestou o desejo de que a França tomasse como base de suas instituições os ensinamentos do Evangelho e da Igreja. Portanto, ele considerava que as instituições se baseavam em outros fundamentos.

Em 1900, LEYGUES, ministro da Instrução Pública, disse num congresso de professores reunido em Paris:

“A sociedade moderna nasceu da revolução de 1789; é a ideia laica, é este sentimento do cidadão que não pretende dobrar a cabeça diante de nenhum dogma, que pretende permanecer ele mesmo, livre e responsável por seus destinos; e se isso foi o sentimento da sociedade civil saída da revolução de 1789, isso é ainda mais a característica de nossa democracia”.

Mais tarde, na tribuna do senado, o sr. de MARCERE pôde constatar:

“Todas as vezes que, de um certo lado da câmara ou do governo, apresentaram-se leis ou tomaram-se medidas administrativas que tinham por objetivo atingir a religião católica, empregou-se o mesmo procedimento, o mesmo subterfúgio, e apresentaram-se essas leis, essas medidas administrativas como indispensáveis à própria existência da república... e disse-se das leis subsequentes sobre o ensino, de todas as que foram apresentadas mais tarde e que tiveram por objetivo atingir a fé religiosa: isso é da essência da república; emprego a expressão porque ela foi sempre empregada por nossos adversários, por nossos contraditores, e quem quer que não aprove as medidas que foram tomadas pelo governo num sentido determinado é excluído da república”.

De tudo isso, pode-se concluir que o Ralliement ao poder estabelecido só poderia ser um Ralliement ao Estado sem Deus. A distinção fundamental entre a legislação e as instituições não se sustenta; ela é falaciosa. Não se notou suficientemente que o mal provém de um sistema filosófico e ateu que inspira e impregna tanto as instituições quanto a legislação.

Leão XIII havia dito:

“A República é uma forma de governo tão legítima quanto as outras”.

Ora, é preciso distinguir: trata-se de uma república cristã que reconhece a soberania de Deus e a religião católica do Estado, de uma república onde apenas as leis conformes aos ensinamentos do Evangelho e da Igreja são válidas? Então sim, a Igreja poderia aceitar tal república. Trata-se, ao

contrário, de uma república neutra ou oficialmente atea, de uma república onde a lei sobre a escola sem Deus e outras leis antirreligiosas são intocáveis? Então não se pode dizer que tal república seja uma forma legítima de regime político.

Ora, nas repúblicas francesas, quaisquer que tenham sido seus números, o que sempre decidiu tudo foi a lei do número. A metade mais um dos votos decide o justo e o injusto. Uma lei pode ser conforme à moral, pode ser imoral; não é isso que importa: se ela tem a maioria no sufrágio universal, é válida e deve ser aplicada. A lei pode favorecer o aborto, a eutanásia ou qualquer tipo de assassinato; desde que provenha do sufrágio universal, deve ser promulgada.

Não há Deus, nem moral acima do sufrágio universal.

Na Câmara dos Deputados, em 11 de novembro de 1911, ouviu-se o seguinte diálogo:

“ Padre LEMIRE:

"O sufrágio universal, nosso mestre a todos."

Almirante BIENAIME:

"A bordo, diz-se Mestre após Deus."

Padre LEMIRE:

"Almirante, não ouvi bem. Que mestre quer introduzir aqui?"

Certamente, a República que Leão XIII desejava era uma república segundo as visões do Almirante BIENAIME, e não a república do Padre LEMIRE. Tal república é concebível, é uma possibilidade, mas, em 1892, como atualmente, ela estava num futuro condicional, não estava no presente. Batizar a democracia é uma eventualidade viável, mas não se deve raciocinar como se ela já estivesse batizada. Se se quer estabelecer uma república católica, que se faça o necessário para realizar a transformação, mas que não se aja como se não houvesse nenhuma mudança a operar. Ora, não hesitemos em dizê-lo: batizar a república seria uma mutação tão completa e radical quanto restaurar uma monarquia. Não seria mais o número que governaria; acima do número haveria o CRISTO-REI, e seria, conseqüentemente, uma mutação muito difícil. Leão XIII dizia em sua carta ao Cardeal LECOT, em 3 de agosto de 1893:

“ *"Nas condições atuais da França, não parece possível voltar à antiga forma de poder sem passar por graves perturbações."*

Estava ele certo de que a passagem de uma república atea para uma república católica também não poderia se realizar sem graves perturbações?

O que é certo é que, mesmo que essa república cristã fosse possível, mesmo que não fosse de certo modo quimérica, ela tinha, em 1892, o defeito de não existir, e Leão XIII havia prescrito alinhar-se a poderes constituídos essencialmente irreligiosos. Sabe-se que o Liberalismo é o nome do sistema em que o Estado coloca no mesmo nível, concede os mesmos direitos à verdade e aos erros, à verdadeira religião ou às falsas religiões.

A adesão a um Estado praticamente neutro foi, na realidade, uma adesão ao liberalismo.

Não queremos dizer com isso que Leão XIII era liberal; todas as suas encíclicas, especialmente as que citamos, dizem o contrário; ele recusava expressamente, mesmo em "*Au Milieu des Sollicitudes*", que a Igreja fosse reduzida ao direito comum. Queremos dizer apenas que suas prescrições relativas à adesão tiveram o efeito de dar crédito ao liberalismo.

É precisamente por isso que a adesão teve consequências graves não apenas na política, mas na Igreja, ao introduzir nela a subversão.

Aceitar os governos constituídos era aceitar os princípios de 1789, era aceitar os direitos do homem independentemente dos direitos de DEUS. CLEMENCEAU dissera a de FREYINET em 1892:

“A luta é possível entre os direitos do homem e o que se chama de direitos de Deus; a aliança não o é.”

Leão XIII dissera:

“Queira-se ou não, os verdadeiros direitos do homem nascem precisamente de seus deveres para com DEUS.”

Há, portanto, verdadeiros e falsos direitos do homem. A essência da república repousava e ainda repousa sobre esses falsos direitos.

Tomemos o caso de Jacques PIOUS, deputado católico de SAINT-GAUDENS, sobrinho de Odilon BARROT, que foi ministro da Justiça sob a Segunda República; ele foi o verdadeiro chefe político da adesão, chefe da "direita independente", e expôs seu programa em 30 de maio de 1890 no Figaro:

“Os independentes comprometem-se a não questionar as instituições existentes, legalmente estabelecidas, e, em vez de fazer oposição sistemática, a esforçar-se para impedir o mal.”

Em 1891, é recebido por Leão XIII, que o incita a apoiar o Cardeal LAVIGERIE; em 1892, a direita independente torna-se a direita republicana e, numa entrevista à redação do NEW YORK Héraud, publicada no Universo em 14 de junho de 1892, PIOU declara:

“E, sobretudo, que ninguém tenha pretexto para dizer que os católicos reivindicam outra coisa que não a liberdade, ao tentar usurpar os direitos do Estado e a Independência da sociedade civil.”

Em 1901, funda a Ação Liberal Popular, associação que reunirá a maioria das energias católicas. Seu lema é *"Liberdade para todos, Igualdade perante a Lei, direito comum."* Ao longo de sua longa carreira, PIOU jamais variou; sempre reivindicou o direito comum. Em 1903, escreve no Correspondente:

“Ao invocar a igualdade e o direito comum, a Ação Liberal Popular exclui todo privilégio e todo favor.”

Ao final de um congresso em 1909, dirá ainda a seus partidários:

“Vosso programa não variou. Reivindicando a liberdade para todos e o direito comum, sois adversários declarados de toda lei de exceção.”

Lembremos que Leão XIII escrevera na encíclica *"Au Milieu des Sollicitudes"* que era necessário opor-se a que *"a Igreja fosse reduzida à liberdade de viver segundo o direito comum a todos os cidadãos."* No entanto, o mesmo Leão XIII disse, numa audiência no final de 1901, *"que os católicos se unam, que apoiem o grupo constitucional criado pelo Sr. PIOU, que se reúnam em torno dele. Já este bravo Sr. PIOU encontrou oposição. E não se deve jamais desesperar da França."*

Só podemos ficar consternados ao ver a autoridade eclesiástica proteger e recomendar um homem cujo programa contradiz pelo menos oito encíclicas do pontificado, sem contar as de seus predecessores e sucessores, enquanto essa autoridade não cessara de ensinar, por escrito e oralmente, que a constituição de governos sem levar em conta Deus e a ordem por Ele estabelecida era uma impiedade sem precedentes entre os pagãos. Essa autoridade sempre rejeitara a doutrina que reduzia a Igreja católica ao direito comum. Um abismo separa a teoria da prática. Aqueles que se conformam ao ponto de vista da Igreja são geralmente mal vistos e maltratados; aqueles que a contradizem são mimados e favorecidos.

Essa distorção data da adesão. Continuou muito depois. Em 1927, o Cardeal GASPARRI, secretário de Estado de PIO XI, ainda fazia elogios ao Sr. J. PIOU, *"que não cessou de dar o exemplo da obediência mais absoluta e perseverante a todas as diretrizes do Sumo Pontífice."* Assim, um homem que jamais reconheceu os direitos de Deus e da Igreja sobre a sociedade era *"destacado e*

dado como exemplo" alguns meses após a encíclica de PIO XI sobre o CRISTO-REI.

Em 1965, o VATICANO II pôs fim à contradição, harmonizando a teoria com a prática.

A ADESÃO AOS PODERES DO DINHEIRO

Na década anterior à encíclica *RERUM NOVARUM* e à encíclica "*Au Milieu des Sollicitudes*" de 16/02/1892, deputados católicos haviam apresentado à câmara um grande número de projetos de lei para melhorar a condição dos operários. Em 1883, o legitimista de BAUDRY d'ASSON solicitou um crédito de dois milhões de francos para os operários desempregados. O Centro e a esquerda votaram pelo arquivamento da proposta em comissão; essa comissão não cuidou do assunto.

Em 1884, A. de MUN solicita uma legislação internacional do trabalho; em 1884 também, defende, sem mais sucesso, o princípio da responsabilidade coletiva da profissão em caso de acidentes de trabalho. Em 20/02/1886, A. de MUN e Mons. FREPPEL apresentam uma proposta para a proteção dos operários e a regulamentação do trabalho. Em 24/02/1886, foi apresentado um projeto de lei com a proibição do trabalho antes dos 13 anos para meninos e 14 anos para meninas. Reivindicava-se ainda a limitação do trabalho a 11 horas, em vez de 12, conforme a lei de 1848, bem como o descanso dominical. A limitação da jornada de trabalho a 11 horas foi rejeitada na comissão. Em junho de 1888, o descanso dominical foi rejeitado. DE MUN solicita proibir por 4 semanas o trabalho de mulheres recém-paridas. A proposta foi rejeitada.

Em 1888, foi apresentado um projeto de lei para que os sindicatos mistos pudessem receber doações e legados; a emenda não foi adotada. Seria necessário esperar até 1919 para que fosse concedida aos sindicatos a personalidade civil e o direito de possuir bens.

Em dezembro de 1889, Albert de MUN solicita a jornada máxima de dez horas. Em 7 de dezembro de 1889, solicita arbitragem para conflitos sociais. Esta proposta foi rejeitada em 1892 pela maioria oportunista e radical.

Em 1890, de MUN solicita que o descanso semanal seja fixado no domingo e a redução para 8 horas da duração do trabalho no sábado e na véspera dos feriados.

Em 1890, ele solicita a supressão do trabalho noturno nas padarias. A proibição só será pronunciada em 1919.

A luta pelas reformas sociais resultou no mesmo fracasso que a luta contra as leis antirreligiosas.

Em 1891, Leão XIII publicou a encíclica *RERUM NOVARUM* sobre a condição dos operários.

Em 1892, ele solicita a união com "as pessoas honestas" para repelir as leis antirreligiosas. Em termos claros, trata-se da aproximação com os republicanos moderados, na época chamados de Oportunistas, contra os radicais. Mas esses republicanos moderados eram aqueles que, desde o início da Terceira República, se opuseram a todos os projetos de lei relativos aos operários e os fizeram fracassar.

Leão XIII reivindicava a aproximação com os adversários do progresso social. Esse ponto de vista foi exposto por Christian LAGRAVE no nº 69 de *Lecture et Tradition*:

“ *"Pretender impor aos católicos franceses o Ralliement após RERUM NOVARUM era obrigá-los a se aliar a um partido que não queria ouvir falar de reforma social: pois os republicanos da época, burgueses e conservadores, negavam pura e simplesmente a questão social. Era a época, 1º de maio de 1891, em que a república mandava metralhar os operários e seus filhos em FOURMIES; e a voz que então se erguia para pedir justiça pelo sangue inocente era a de EDOUARD DRUMOND"*.

Disso resulta que "*Au Milieu des Sollicitudes*" contrariou RERUM NOVARUM. Pode-se, portanto, dizer que o Ralliement à república, que foi um Ralliement ao Liberalismo, foi, além disso, um Ralliement aos poderes financeiros que manipulavam os republicanos oportunistas, a esse "*monopólio das empresas e do comércio, tornado partilha de um pequeno número de ricos e opulentos, que impõem um jugo quase servil à infinita multidão de proletários*", para usar as próprias expressões de que Leão XIII se serviu em RERUM NOVARUM. O "*espírito novo e a pacificação*" propostos à Igreja por SPULLER em 1893 explica-se pelo medo de ver o catolicismo recuperar os elementos sadios do socialismo. Émile POULAT, em seu livro "*Eglise contre bourgeoisie*", fala de operários socialistas alinhados a RERUM NOVARUM e cuja tentativa de organização foi muito rapidamente sufocada pelo aparelho da democracia cristã.

A manobra dos republicanos moderados com o slogan do espírito novo consistia em neutralizar a oposição fingindo oferecer-lhe um acordo contra o socialismo.

Vale notar que o escritor contemporâneo GUILLEMIN, embora católico de esquerda, é hostil ao Ralliement, pois considera que o Ralliement era dirigido contra o socialismo. Para ele, Leão XIII quis jogar com o medo do socialismo para convidar os republicanos a se aproximarem da Igreja e a renunciarem às leis antirreligiosas. Talvez haja verdade nisso, mas LAGRAVE observa que "*a habilidade dos dirigentes republicanos e burgueses foi enganar ROMA com aberturas falaciosas para fazê-la perder a conversão do proletariado*".

ERROS & IDEIAS FALSAS NA BASE DO Ralliement

É necessário precisar, em um resumo, quais foram exatamente os erros e ideias falsas na base do Ralliement.

1ª IDEIA FALSA

Ela está incluída na frase: o bem comum exige a aceitação do governo constituído. Isso pressupõe que o governo constituído busca habitualmente o bem comum, mas vimos que isso é falso. Os poderes constituídos laicos e neutros, baseados nos princípios de 1789, nos direitos do homem independentes do direito de Deus, não podem realizar o bem comum.

Este erro é o mais grave – é preciso insistir – o erro principal da adesão não é o de obrigar a aceitar uma república sem Deus.

2ª IDEIA FALSA

A segunda ideia falsa é que o interesse da religião exige a aceitação das instituições políticas existentes, sejam elas quais forem. *"Aceitar sem segundas intenções o poder civil na forma em que de fato existe. Assim foi aceito, na França, o Primeiro Império, assim foram aceitos os outros poderes, sejam monárquicos, sejam republicanos, que se sucederam até os nossos dias"*, disse Leão XIII na carta aos cardeais.

Isso é falso. A Igreja nunca proibiu, sob o Primeiro Império, que os católicos fossem monarquistas ou republicanos; sob a Restauração, que fossem imperialistas ou republicanos; sob a Monarquia de Julho, que fossem legitimistas ou republicanos; sob a Segunda República, que fossem legitimistas, orleanistas ou imperialistas; sob o Segundo Império, que fossem legitimistas, orleanistas ou republicanos. A autoridade eclesiástica fez em 1892, para a Terceira República, o que nunca havia feito para qualquer outro regime anteriormente.

A adesão obrigatória é uma inovação que constitui uma intrusão na política. Foi o que declararam os monarquistas reunidos na Câmara em 09/06/1892.

“Depois de se inclinarem respeitosamente, como católicos, diante da autoridade infalível do Santo Padre em matéria de fé, reivindicam, como cidadãos, o direito que todos os povos têm de se pronunciar com toda a liberdade sobre todas as questões que interessam ao futuro e à grandeza de seu país. Ora, a forma de governo é uma dessas questões e não deve ser resolvida senão na França e entre franceses, conforme a tradição nacional.”

Essa ingerência da autoridade eclesiástica no domínio político foi também denunciada por políticos pertencentes aos partidos no poder. Podemos assinalar a esse respeito uma intervenção de Alexandre BÉRARD, deputado de Ain, durante a sessão da Câmara dos Deputados de 21 de janeiro de 1898, na discussão do orçamento dos cultos.

- Sr. Alexandre BÉRARD: *"Que os católicos tenham de ouvir o papa em matéria de dogma, nada melhor, mas julgo que sua consciência de cidadãos franceses deve se revoltar quando se quer fazê-los aceitar as instruções políticas de um homem que é estrangeiro."*
- Sr. Marcel HABERT: *"Há muitos católicos que são dessa opinião, Sr. BÉRARD."*
- Sr. Alexandre BÉRARD: *"É o que vou dizer, Sr. HABERT. Sim, há muitos católicos que são dessa opinião, e o senhor é um deles. Há outros, por exemplo, nossos colegas monarquistas, que se encontram excomungados também como nós"... Lembro a palavra de um monarquista convicto e ao mesmo tempo católico, dizendo: "Que o papa mude de credo, eu me inclinarei, mas às suas ordens recuso, eu, monarquista, aderir à república." Além do Reno, entre nossos vizinhos, também há católicos ardentes que estão organizados em partido. Eles se recusam a obedecer ao papa no que concerne às*

questões nacionais. Lembramo-nos de que, há alguns anos, o príncipe de Bismarck pedia ao Reichstag créditos militares para fazer armamentos dirigidos, sabemos contra quem; o centro alemão protestou; o papa interveio então para obter do centro alemão que votasse esses créditos militares dirigidos contra a França; o centro alemão recusou."

O Sr. A. BÉRARD era um incrédulo, hostil à religião, mas o que se pode objetar às palavras que acabamos de citar?

O 3º ERRO está na proposição seguinte: a república é uma forma de governo tão legítima quanto as outras. Vimos que isso é falso quando a república coloca a lei do número acima da lei de Deus, mas o que seria de uma república cristã, como Leão XIII desejava instaurar?

a) Observemos, primeiramente, que uma tal república, onde as leis, mesmo votadas regularmente pela maioria, seriam nulas se fossem contrárias à lei de Deus e à moral, nunca existiu na França. Isso não quer dizer que seja impossível; pode-se perfeitamente conceber que um organismo seja encarregado de anular tais leis e que possa funcionar perfeitamente, mas é fácil também prever o que se seguiria. Se esse organismo anulasse uma lei votada regularmente pelo parlamento, isso acarretaria vivos protestos na imprensa e no que agora se chama de mídia de massa. Se a rejeição se repetisse várias vezes, a supressão do organismo seria reclamada a berros e, finalmente, obtida.

Na revista "*La Foi Catholique*", em 1914, p. 74, o Cônego Gaudéau escrevia justamente:

“*Em sua democracia, que lugar oficial e imutável dareis a Deus?, aos direitos sociais de Deus, aos direitos da sociedade política para com Deus? E como vos arranjaréis para assegurar eficazmente a Deus esse lugar imutável, contra as variações do sufrágio igualitário universal e da soberania popular? Que eu saiba, nunca um único católico supostamente democrata na França, atualmente, tentou balbuciar sequer a primeira sílaba de resposta a essa questão."*

b) Observemos, em seguida, que certos regimes comportam o sagrado, que outros, onde o chefe é designado por tempo determinado, não o comportam. A forma republicana de governo é incompatível com o sagrado. Dizer que a Igreja é indiferente ao regime implica que ela é indiferente ao sagrado, o que é absurdo. Que muitos eclesiásticos o achem supérfluo é um fato, mas é um puro ilogismo.

c) Toda república democrática baseia-se na eleição. Toda eleição é uma questão de dinheiro. O que faz a eleição? É a opinião. E por quem a opinião é manipulada? Pela imprensa e, agora, pelo rádio e pela mídia de massa. Quem mantém a imprensa? Os meios financeiros. Ora, não se pode servir a Deus e ao dinheiro. Portanto, se o sufrágio, seja universal ou restrito, serve ao dinheiro, não pode servir a Deus. Disso resulta que, mesmo que uma república fosse oficialmente católica, ela seria, por natureza, submetida à pressão dos poderes do dinheiro.

d) Poder-se-ia pensar que uma república oficialmente católica seria mais fácil de instaurar do que uma monarquia, nada é menos certo. Isso suporia que o sufrágio universal fizesse entrar numa assembleia uma maioria de católicos. Isso é muito difícil e, mesmo que uma maioria de católicos figurasse numa assembleia, o que ela faria? O caso ocorreu pelo menos duas vezes para a Assembleia Nacional eleita em 1871, da qual o Cardeal PIE dizia que não havia cumprido o essencial de sua tarefa e que um julgamento severo a aguardava na história – para a Câmara dos Deputados, dita Câmara Azul-Horizonte, com maioria do bloco nacional eleita em 16 de novembro de 1919. Ela continha um número considerável de pessoas boas, bem-intencionadas, bons patriotas, bons católicos. Ela não soube destruir as leis laicas. Respeitou todos os ídolos datados de GAMBETTA e FERRY.

O **4º ERRO** é um erro histórico, reside na frase *"no domínio da ação só há o governo que a França se deu"*, figurando na entrevista ao *Petit Journal*; encontra-se na carta aos cardeais *"Aceitar a república, isto é, o poder constituído"*.

A república era *"o governo que a França se deu"*? Sucessivamente, a Assembleia Nacional rejeitou em 1874 uma proposta de CASIMIR PERIER e em 1875 uma proposta de LABOULAYE tendentes a estabelecer o regime republicano. Sabe-se que a emenda WALLON declarava que *"O Presidente da República Francesa é eleito pela pluralidade dos votos"*. Repete-se por toda parte que foi aprovada por um voto de maioria, 353 votos contra 352, mas o resultado oficial da votação foi fraudado, trata-se de uma fraude parlamentar. Dois deputados, LEURENT e MALLEVERGNE, registrados como tendo votado a favor, declararam ter votado contra; TARGET contou mais tarde que, registrado como tendo votado a favor, estava na realidade ausente, estava em HAIA naquele dia. Os verdadeiros resultados da votação sobre a emenda WALLON eram, portanto, a favor 350, contra 354. Na realidade, a emenda foi rejeitada por 4 votos de maioria, não deixa de ser a origem constitucional oficial da república, segundo a regra absurda do parlamentarismo de que um voto proclamado está adquirido. É deplorável que os deputados realistas tenham se deixado levar. Deram um belo exemplo de pusilanimidade. Pode-se concluir que é ao homologar uma fraude que Leão XIII pôde falar de governo que a França se deu e dos poderes constituídos. Na realidade, eles não estavam constituídos.

O **5º ERRO** foi formulado na audiência ao BARÃO DE MONTAGNAC em 1894:

“O que faz com que os católicos sejam excluídos de tudo é que se acredita que são monarquistas”.

Leão XIII parece pensar que muitos políticos só apoiam as leis antirreligiosas para defender a república; acredita que o mesmo se passa com os eleitores, que, para ele, votariam de bom grado em católicos se estes se dissessem republicanos. Teria dito ao Barão de MONTAGNAC:

“Quando os católicos tiverem entrado na república, chegarão a tudo, aos cargos e às cadeiras eleitorais”.

Acredita ser possível um acordo pelo qual, se os católicos aceitassem a república, muitos republicanos abandonariam as leis religiosas; isso o leva a preconizar um entendimento com os republicanos moderados, os oportunistas, para separá-los dos radicais.

Não se dá conta de que, se os radicais são antirreligiosos antes de serem republicanos, o mesmo ocorre com os oportunistas. A diferença diz respeito apenas à tática. Mais tarde, MÉLINE, apoiado pelos *ralliés*, se gabará de ter laicizado mais escolas que seu predecessor.

FERRY afirmava que a campanha contra o clericalismo havia sido liderada pelos moderados:

“Foi a política moderada, foram os homens moderados que fizeram isso. Foram eles que assumiram essa responsabilidade temível e que lideraram toda a campanha. E se possuíis a trilogia à qual durante muito tempo o instinto republicano se confiou: obrigatoriedade, gratuidade, laicidade do ensino, a quem o deveis senão à política moderada?”

JAURES perguntou um dia a FERRY:

“Qual é, então, o vosso ideal? Para que termos acrediteis que evolui a sociedade humana e onde pretendeis conduzi-la?”

FERRY refletiu um instante como para formular seu pensamento com precisão:

“Meu objetivo é organizar a humanidade sem Deus e sem Rei”.

Mais tarde, o moderado Charles DUPUY declarará que entre os *ralliés* e a república não poderia haver questão de condições:

“Há uma das leis fundamentais da república, a lei escolar. A essa lei, todo republicano deve aderir sem restrição nem reserva”.

Ao prescrever o *ralliement*, Leão XIII quis satisfazer os eleitores e os políticos que só combatem a Igreja por apego à república, mas esses eleitores e esses políticos hostis à religião por amor à república e por ódio à realeza não existiam. Leão XIII quis satisfazer mitos e fantasmas.

A consequência será desastrosa: serão os realistas que serão acusados de atrair a perseguição contra a Igreja por sua intransigência.

Já vimos os outros erros: a suposta divisão dos católicos, sua suposta oposição sistemática, seu suposto uso da religião para fins políticos.

OS RESULTADOS

Em 20 de abril de 1893, o Santo Padre interrogou Dom D'HULST sobre o estado dos partidos:

“E quantos bons deputados conta hoje a câmara?” “Cerca de 200, Santíssimo Padre.” “Pois bem”, retomou este, “agora que mostrei aos católicos o caminho a seguir, espero que esse número seja muito aumentado.” “Santíssimo Padre”, respondeu o Cardeal D'HULST, “voltaremos de 90 a 100.”

Os resultados das eleições de 1893 infelizmente dariam razão à previsão de Dom D'HULST.

No primeiro turno, os *ralliés* obtiveram apenas 14 cadeiras. No segundo, apenas 35. Seus 3 principais chefes, LAMY, de MUN e PIOU, foram derrotados.

Do outro lado, duas grandes lideranças do radicalismo, FLOQUET e CLEMENCEAU, perdem seus assentos. Os beneficiários da votação são os moderados, os oportunistas que correspondem à nuance do governo em exercício presidido por Charles DUPUY. Alguns socialistas são eleitos.

Os “*ralliés*” [católicos conciliados com a República] continuam gerando as mesmas desconfianças; é o clericalismo que é rejeitado pelo sufrágio universal, e é a religião que é repelida tanto quanto, ou até mais, que a monarquia.

Em 1889, a união conservadora havia obtido 3.144.978 votos; em 1893, obteve 977.598, e os “*ralliés*”, 569.912. Somando essas duas categorias, chega-se a apenas 1.577.446 votos, ou seja, uma perda de cerca de metade dos votos. Os católicos haviam aceitado a República; os eleitores pensaram que, se a República não tinha inconvenientes, era preferível votar nos verdadeiros republicanos.

O jornal *La Croix* interpretou as diretrizes do Papa de votar nos católicos conciliados com a República, mostrando-se favorável, em Paris, ao maçom MARMOTTAN contra CALLA, realista; em Issoudun, ao Dr. DUMONT, que havia denunciado violentamente a reação clerical e realista. O *La Croix* do Sena e Marne apoiou o maçom GESTILLIER. O *La Croix* de Reims fez seus leitores votarem em dois candidatos que aceitavam as leis escolares laicas.

No Gers, os “*ralliés*” votam no primeiro turno em LAUDET contra PAUL DE CASSIGNAC, grande defensor da religião e adversário das leis sectárias; após o primeiro turno, LAUDET desiste pura e simplesmente, e no segundo turno o radical BASCOV é eleito com votos católicos.

Como se vê, a imprensa católica interpretou a “*ralliement*” [conciliação] no sentido de que era conveniente combater antes de tudo aqueles que não aceitavam a República, deixando o combate contra os sectários antirreligiosos em segundo plano.

O Papa havia pedido união para combater a legislação ímpia. O que aconteceu com esse combate? Os opositores à nova política foram, na realidade, os únicos que praticaram a resistência efetiva à qual a encíclica convocava os católicos para a defesa da religião.

Em 3 de março de 1894, por maioria de 302 votos contra 119, a Câmara adota uma ordem do dia apresentada por BARTHOU e prontamente aceita pelo governo:

“A Câmara, confiante na vontade do governo de manter as leis republicanas e de defender os direitos do Estado laico, passa à ordem do dia”.

Manifestava-se assim o que os republicanos moderados chamavam de "espírito novo". Albert de MUN, que havia sido eleito em uma eleição parcial, o Sr. de MACKAU, D'ARENBERG e outros "ralliés" abstiveram-se de votar. O Moniteur de ROME, jornal criado para defender a política pontifícia, os aprova:

“As afirmações sobre as leis, diz ele, têm até hoje apenas uma importância secundária”...

Alguns dias depois, ocorre um debate sobre a forma como será aplicada a lei sobre as fábricas paroquiais. A lei de 26 de janeiro de 1892 transferia sua administração das mãos dos católicos e do bispo para as mãos de funcionários do Estado. SPULLER declara:

“o governo não conhece o direito canônico; o caráter místico da Igreja não tem ação sobre ele; o Estado considera que a regulamentação das fábricas lhe pertence exclusivamente, é seu direito”.

Toda a direita registrou, com seu silêncio, a declaração do ministro. Em 18 de maio, em outra sessão, o Presidente do Conselho, CASIMIR-PERIER, expressou-se da seguinte maneira:

“Sempre sustentamos e sustentaremos que a legislação sobre as fábricas é um terreno exclusivamente nacional. Sempre dissemos que não se trata de um domínio misto, que se trata de uma legislação nacional, de que somos os únicos senhores na matéria”.

A ordem do dia apresentada pelo Sr. LEYGUES, redigida nos seguintes termos: "A Câmara, aprovando as declarações do governo, passa à ordem do dia", é adotada por 334 votos contra 142. É a subordinação completa da Igreja ao Estado. O Sr. DE MUN, o Sr. de MACKAU, Monsenhor d'HULST, o Barão REILLE e vários outros, num total de 25, abstiveram-se de votar. Vinte e um vão

ainda mais longe e votam a favor do ministério. Entre eles, alguns novos deputados cuja eleição havia sido celebrada como devendo marcar o triunfo de uma ação católica mais adequada aos novos tempos e, conseqüentemente, mais eficaz na defesa dos interesses religiosos. A direita conta apenas com 22 opositores, entre os quais se encontrava ainda o Padre LEMIRE, que mudaria de ponto de vista posteriormente.

Vê-se como os deputados católicos conciliados compreendiam as diretrizes pontifícias que haviam exortado *"todas as pessoas honestas a se unirem como um só homem para combater, por todos os meios honestos e legais, os abusos progressivos da legislação antirreligiosa"*.

O Padre BARBIER observa que, enquanto esses eventos ocorrem, o *L'OSSERVATORE ROMANO*, em uma série de artigos, exalta os resultados da política pontifícia e fulmina contra os católicos que os desconhecem. Ele se surpreende que um jornal *"que pretende ser mais papal do que o papa"* analise desfavoravelmente as declarações ministeriais de 3 de março.

“Exclusivamente preocupado com o sentido das palavras, ele não leva em conta o espírito que ditou essas declarações”.

Portanto, para o *L'OSSERVATORE ROMANO*, *"manter as leis republicanas e defender os direitos do Estado laico"* não deve ser entendido desfavoravelmente, porque isso é dito segundo um "espírito novo". Entre os jornais católicos, *La Vérité* abstinha-se cuidadosamente de qualquer crítica à política pontifícia, mas recusava-se a admitir que fosse preciso calar-se e cessar a resistência religiosa para não suspeitar da sinceridade da adesão ao regime. *La Vérité* mantinha-se estritamente no terreno dos ensinamentos do papa: aceitação sincera dos poderes constituídos e firme resistência a suas usurpações dos direitos e liberdades da Igreja.

Apesar dessa atitude, que julgava conforme às diretivas romanas, *La Vérité* recebeu duas repreensões do Cardeal RAMPOLLA – na segunda, de 30 de junho de 1895, o secretário de Estado dizia-lhe *"que era preciso que os católicos trabalhassem primeiramente pela melhoria do governo, o que exigia uma ação assídua, paciente, confiante, análoga à solícitude e ao conjunto de cuidados discretos que se costuma observar para promover a cura de um doente"*.

La Vérité está em desacordo com a Santa Sé. De fato, seus artigos são feitos mais para excitar os ânimos contra a república, embora ela aceite o fato constitucional; no espírito dos leitores, eles alimentam a convicção de que em vão se esperaria a paz religiosa de tal forma de governo e, frequentemente, apresentam as coisas de modo que dão a entender que a situação piora em vez de melhorar. *La Vérité*, por isso, cria, por um lado, uma atmosfera de desconfiança e desânimo e, por outro, contraria e atravessa esse movimento concordante das vontades.

A partir de então, *"La Vérité"* não cessa de ser denunciada diariamente pela imprensa aliada, pelos oradores de reuniões católicas e por bispos como um jornal pernicioso; superiores de ordens religiosas proíbem sua entrada em suas comunidades.

Pode-se constatar que das recomendações feitas em 1892 pelos bispos da França, primeiro, e depois pelo Papa, de uma resistência firme às invasões do poder secular sobre o espiritual, nada subsiste. A dificuldade resultante de uma atitude prática incômoda – aceitação sincera da república de um lado, combate contra a legislação do outro – estava resolvida; restava apenas a adesão total às instituições.

Resta perguntar exatamente que tipo de *Ralliement* ainda era exigido nos anos seguintes. Não resistimos ao desejo de citar DRUMOND, que escrevia em 02/02/1897 na *Libre Parole*:

“É impossível, creio, imaginar submissão mais completa do que a dos católicos, de qualquer partido que sejam. Eles dão seu dinheiro, que se desperdiça, dão seus filhos, que se faz matar estupidamente por falta de tomar as mais elementares precauções; obedecem a tudo que lhes é ordenado com uma docilidade que beira a servilidade.

Cortam-se os impostos, impõem-se ao país os encargos mais esmagadores; ninguém se mexe, ninguém protesta, ninguém dá um grito na rua? O que esperam para aderir? Francamente, não podem exigir, no entanto, que os católicos, transportados de alegria diante da situação atual, vão até FÉLIX FAURE, LOUBET ou BRISSON para fazer carinho no queixo deles, chamando-os de CAMILLE.

Cristo ordenava pura e simplesmente pagar o tributo a César. O Vigário de JESUS CRISTO, ou pelo menos aqueles que dão às suas palavras um significado que provavelmente não têm, vão mais longe; dizem a franceses que estão em sua própria casa, que são, repetimos, iguais àqueles que os oprimem, que não foram vencidos como os judeus o foram pelos romanos: 'Não apenas entreguem a moeda a César, mas deixem-se tomar as calças por ele, e façam-lhe um sorriso de mimo, achando que ele é muito bonitinho'.

UMA ABERRAÇÃO: A INFALIBILIDADE DO RALLIEMENT

O caráter ex-cátedra da carta aos franceses de 16/02/1892 foi defendido:

1º - pela revista L'Ami du Clergé de 29/08/1895:

“essas palavras 'aceitar a república' mostram bem que os princípios e sua aplicação à França formam um único todo. E como o papa ensina ao formular os princípios, não é possível supor que ele não ensine ao aplicá-los às coisas da França. E se uma das duas partes desse ensinamento é dada ex-cátedra, não é possível admitir que a outra não seja igualmente dada ex-cátedra”.

2° - pelo Sr. FONSEGRIVE na revista La Quinzaine de 01/07/1897:

“Em nome da autoridade moral infalível para os católicos, a legitimidade da república não é, neste momento, menos real do que pôde ser, em seu tempo, a de LUÍS XIV”.

3° - em 1898 por Dom LE NORDEZ, futuro bispo de DIJON, que publicou uma entrevista comentando um artigo do *OSSERVATORE ROMANO* no qual ele fazia intervir a infalibilidade pontifícia na submissão devida às orientações de LEÃO XIII. Ele recebeu agradecimentos públicos do cardeal RAMPOLLA.

É quase desnecessário notar que a encíclica "*Au Milieu des Sollicitudes*" não diz respeito nem à fé nem aos costumes, que contém apenas uma simples medida disciplinar e que não se dirige ao conjunto dos fiéis. A questão da infalibilidade nem sequer se coloca.

OUTRA ABERRAÇÃO – O PECADO DO NÃO *RALLIEMENT*

A tese segundo a qual a recusa do *Ralliement* constituía uma falta grave foi sustentada várias vezes. Primeiro, implicitamente, pelo Cardeal LECOT, arcebispo de BORDEAUX, em sua carta pastoral para a Quaresma de 1894:

“O que deveria fazer o pontífice supremo? Indicar como um direito a adesão formal à constituição francesa e, segundo o rigor de um ensinamento ao qual a teologia cristã dá todas as suas garantias, impô-la como um dever”.

A doutrina do pecado grave foi sustentada depois explicitamente.

1° - Por L'Ami du Clergé em seus números de 27/05/1897 e 02/07/1897 - ele coloca a questão:

“Mas há pecado grave em votar no monarquista hostil às orientações pontifícias? Consideramos essa atitude gravemente culpável em si mesma, porque está em contradição com as orientações pontifícias, é de natureza a prejudicar o bem geral espiritual e temporal e não corresponde ao dever que temos de ser submissos ao governo estabelecido...”

E votar nessas condições para o monarquista católico, refratário à primeira parte das orientações pontifícias contra o republicano católico que as admite ambas, é faltar ao cumprimento de um dever que não é menos de direito natural do que o direito positivo eclesiástico...”

No caso em questão, tratava-se de uma eleição opondo o conde de BLOIS ao padre GAYRAUD. O conde de BLOIS era um católico com um longo passado de dedicação à Igreja, não era *rallié*, mas não havia manifestado qualquer oposição às orientações pontifícias; seu manifesto eleitoral lhe valera as felicitações de Dom de CABRIÈRES, bispo de MONTPELLIER. O padre GAYRAUD era *rallié*.

O *Ami du Clergé* dizia ainda:

“A obediência ao soberano pontífice impõe ao eleitor católico o dever de votar no candidato submisso ao papa, e sendo a matéria grave, a obrigação também é grave... ainda que o papa não ordenasse, a existência da obrigação decorre das razões de direito natural que motivam sua orientação, e a gravidade da obrigação decorre naturalmente da gravidade da matéria. As duas razões unem-se, portanto, para proibir em nome do direito natural, não apenas a ação violenta e sua aflição, mas também a ação pacífica e legal contra a forma republicana.”

2º - Pelo *Univers* de 17/10/1897, que aprova o *Ami du Clergé* e redobra sua publicidade.

3º - Pelo R. P. DEHON, que em "*As orientações pontifícias, políticas e sociais*" concluía: "*Assim, ainda que o papa não tivesse falado, haveria falta grave em não aceitar lealmente o governo da república, porque essa aceitação é o cumprimento de um dever natural e divino, e porque é exigida para o bem espiritual e temporal da sociedade.*"

Se tal doutrina é verdadeira, se todo regime estabelecido é de direito natural e divino, resulta que era proibido ser monarquista ou republicano sob o Primeiro Império, ser republicano ou bonapartista sob a Restauração, ser legitimista ou republicano sob a Monarquia de Julho e sob o Segundo Império; que, por exemplo, o R. P. LACORDAIRE e OZANAM, republicanos sob outro regime, se encontravam em estado de pecado perpétuo.

O FRACASSO DO RALLIEMENT

O fracasso total do *Ralliement* é patente:

1º - LEÃO XIII o recomendara aos católicos para que sua ação religiosa não fosse suspeita de segundas intenções políticas e com o objetivo de melhor lidar com a má legislação. Os *ralliés* renunciaram a combater a má legislação para que seu *Ralliement* político não fosse suspeito.

2º - A intenção de LEÃO XIII fora desvalorizar a política e colocar a religião em primeiro plano, o que era muito bom, mas ele chegou exatamente ao resultado inverso.

3º - Ele quisera impedir a separação da Igreja e do Estado. Pelo contrário, acelerou-a, conforme o programa enunciado previamente a FLOURENS pelo ministro do Interior CONSTANS já em 1891:

"Mas que concessões fazeis em troca de vantagens políticas, segundo vós tão apreciáveis? Nenhuma. Ao menos paraís a corrida rumo à separação? Ao contrário, nós a aceleramos; dentro de 10 ou 15 anos, será realidade."

CONSTANS compreendia que as mesmas razões que levavam os católicos a capitular sobre a forma do regime também os levariam a capitular sobre a legislação.

Lê-se frequentemente atualmente que o *Ralliement* fracassou porque LEÃO XIII não foi obedecido. Isso é exato tanto para os não *ralliés* quanto para os *ralliés*: os primeiros desobedeceram quanto ao regime, os segundos quanto à legislação; mas os não *ralliés* eram poucos e tinham pouca influência.

Na realidade, o *Ralliement* fracassou porque não podia deixar de fracassar, e porque se baseava numa análise inexata dos fatos, estando LEÃO XIII mal informado sobre as condições reais da vida política na França. Seus conhecimentos e opiniões doutrinários em política também não estavam à altura de seus eminentes conhecimentos teológicos.

Pensamos também que o *Ralliement* fracassou por outra razão: em todo esse assunto, tratava-se apenas dos meios humanos e nunca da ação divina.

O DOMÍNIO DA ORAÇÃO

"No domínio da ação, só existe o governo que a FRANÇA se deu." Esta frase dava a entender que no domínio do pensamento, expresso ou não, poderia haver outro governo, mas só existem a ação e o pensamento. E o domínio da oração? LEÃO XIII não fala dele. Será que *"no domínio da oração só existe o governo que a FRANÇA se deu"*? Isso LEÃO XIII não diz. E, no entanto, a religião ensina que a oração é mais importante que a ação. Não poderiam os franceses obter pela oração, graças à onipotência divina, o que não poderiam alcançar por seus próprios meios?

Apenas para as mudanças de legislação, a oração certamente faz mais do que todos os jogos eleitorais.

Acreditamos e persistimos em acreditar que, contra o Laicismo ímpio da 3ª república e das repúblicas de outros números que se seguiram, o meio mais eficaz é a oração pelo reconhecimento, primeiro, de CRISTO REI e, depois, de seu tenente na terra da FRANÇA, cuja tarefa é fazê-lo reinar.

Melanie CALVAT, vidente da aparição de LA SALETTE, escrevia em 23 de abril de 1881:

“ *"Não cesso, apesar da minha grande indignidade, de rezar todos os dias ao Bom Deus, para que ele encurte o castigo que merecem os nossos pecados e nos dê o nosso REI, a flor de lis, não porque o merecemos, mas por pura misericórdia. Espero que o Coração de Jesus se deixe comover pelas orações de tantas almas*

que o rezam."

Em 1903, em TILLY-SUR-SEULLES, no Calvados, na sequência de aparições que, por razões políticas, não foram examinadas pela autoridade eclesiástica, mas que são autenticadas por inúmeros milagres, a SANTÍSSIMA VIRGEM, que, além disso, havia confirmado tudo o que LEÃO XIII dissera sobre o rosário e que até tivera palavras elogiosas a seu respeito – *"Ele mereceu sua coroa, pois sempre foi zeloso por sua Igreja"* –, não confirmou, no entanto, suas diretrizes sobre o *Ralliement*. Ela pronunciou várias vezes uma frase que não vai nesse sentido:

“ *"Meus filhos, a república vai cair, é o reino de Satanás. Rezem pelo rei que virá. O Rei que virá trará em suas armas as insígnias de meu Divino FILHO."*

UMA RESURGÊNCIA DA GNOSE NO SÉCULO XX: O BORELISMO

Expusemos, em nosso estudo sobre "[*A Gnose, tumor no seio da Igreja*](#)", as fórmulas do ensino dos Gnósticos de outrora em 7 proposições fundamentais que, ordenadas entre si, formam um corpo de doutrina marcado por certa coesão interna, embora esteja totalmente separado do real e deixe várias questões fundamentais, por exemplo a do mal, sem resposta satisfatória.

Mostramos que essas fórmulas gnósticas se encontravam nos manuais clássicos da Maçonaria, no ensino da Psicanálise, na eflorescência atual do Hinduísmo, da Teosofia e do Guenonismo, e, finalmente, que constituíam o ponto de partida da filosofia de Hegel e do Marxismo, que é sua aplicação prática.

É surpreendente, à primeira vista, encontrar esse ensino gnóstico em um cristão "de tradição" que tem a pretensão de restaurar o verdadeiro ensino tradicional da Igreja. Essa pretensão é totalmente injustificada, veremos, constituindo o Borelismo, ao contrário, uma ressurgência da velha Gnose no seio do Cristianismo moderno: o exame de um certo número de temas do livro "*A Caridade Profanada*" será suficiente para demonstrá-lo.

AS FÓRMULAS DO PANTEÍSMO NO SENHOR BORELLA

Como todo ensinante que quer fazer compreender pelo espírito relações abstratas ou verdades imateriais que não caem diretamente sob os sentidos, o Senhor BORELLA usa metáforas e raciocínios por analogia: o que é totalmente legítimo.

Mas não se deve sair da analogia para usar os termos em seu sentido próprio durante o raciocínio. A analogia é bem uma identidade nas relações, mas os termos relacionados são radicalmente heterogêneos. Ora, a tentação de passar do sentido metafórico ao sentido próprio de um mesmo termo durante o discurso é muito forte e é o pecado habitual de todo panteísta.

A Bíblia usa a comparação do oleiro e do vaso de barro para tentar fazer compreender a Criação. Vejamos como o Senhor BORELLA a usa:



"Tocar uma criatura é tocar Deus. Sobre o corpo que toco, Deus colocou sua mão. A linha desse corpo é o próprio gesto de Deus feito carne, é o ato divino como forma e como matéria! E assim da pedra, da árvore e do vento. Em verdade, tocamos Deus em toda parte." (p. 43)

Já lemos fórmulas semelhantes no Evangelho gnóstico de Tomé e em certos cânticos modernos, em particular: *"Ele faz dançar os mundos..."*

A linha do corpo não é o gesto de Deus, mas o efeito desse gesto. Se Deus colocou sua mão sobre esse corpo, é porque um e outro são distintos. A linha do corpo é o resultado do ato divino; ela tem matéria e forma, mas não o ato divino; ou então Deus não é mais que um fabricante, como o oleiro, que precisa de um órgão composto de matéria, a mão, para formar essa linha do corpo.

Primeiro erro dos panteístas: a confusão ou identificação da causa eficiente e de seu efeito. Se a causa e o efeito são uma única e mesma realidade, não há movimento de um para o outro. É verdade que o efeito está contido na causa, mas não realmente. É a forma do efeito que tem sua origem e seu ponto de partida na causa; mas o ser do efeito não é o ser da causa.

Se o Criador e a Criação são idênticos, não há mais ato criador; e isso também é verdade para a emanção tão cara aos nossos gnósticos; se o emanante e o emanado são idênticos, não há emanção possível, e se são distintos, há entre eles um termo médio, um movimento, uma passagem de um ao outro que os Gnósticos poderão chamar de qualquer nome, mas que funda necessariamente uma dualidade heterogênea e nós voltamos necessariamente à ideia de criação: um ser criador que age, que se chama Divino, e um ser criado que sofre e que não se pode mais chamar de divino sem restabelecer a confusão que se queria evitar; dir-se-á natural (porque começou a ser).

Aliás, quando o Senhor BORELLA quer precisar seu pensamento, sua linguagem torna-se singularmente hesitante:

“Há no Homem como tal algo de Deus (?), algo de dado que deve ser devolvido, Deus não nos recusou sua Imanência...”

Sabemos bem que esse algo que deve voltar a DEUS é nossa alma espiritual, pois segundo os gnósticos, ela é uma parcela da alma divina universal, uma centelha jorrada da Luz Incriada, caída por uma queda catastrófica em corpos materiais.

E o Senhor BORELLA continua:

“A substância humana é capaz por si mesma de um comportamento quase divino...” (id).

Sabemos pela filosofia escolástica que a asseidade (a faculdade de ser por si) é própria da divindade. A substância humana é, portanto, divina, segundo o Senhor BORELLA? Sem dúvida.

O que significa a expressão "comportamento quase divino"? Esse comportamento é "como se fosse divino". Mas a proposição comparativa condicional em francês expressa sempre uma condição irreal. Portanto, esse comportamento não é divino e, no entanto, é exatamente a ideia que o autor quis fazer penetrar no espírito do leitor. Veremos frequentemente esse uso do "como se" ou do "quase" que permite ao Senhor BORELLA fazer passar sua ideia subjacente, enquanto protesta não ter querido ensiná-la efetivamente...

Astúcia? Embaraço? Hesitação antes de afirmar? Quem o dirá?

Outra fórmula gnóstica: nossa alma espiritual é uma parcela da Única Alma Universal do Mundo Divino.

Eis a fórmula do Senhor BORELLA:

“*"O intelecto é o raio cognitivo emanado do Espírito" (p. 130) . "É a atividade cognitiva do Intelecto, natural ao homem, que nos revelou a presença no homem de uma realidade que transcende o humano no sentido ordinário do termo... (porque poderia haver um sentido extraordinário do termo, o humano, Sr. Borella? Qual é, então, esse sentido que o senhor não diz?) Há em nós uma luz propriamente espiritual, isto é, não submetida às condições limitativas da existência individual, e essa luz é o Intelecto..." (Id)*

É verdade, diz São Tomás, que o Intelecto é a faculdade que permite ao nosso espírito ver o Universal no singular; mas ele não diz que essa faculdade é emanada do Espírito; ele precisa bem que ela pertence à criatura. O Intelecto é criado e não emanado, e está sim submetido às condições "limitativas da existência individual", senão seria onisciente, o que não é.

O Senhor BORELLA continua:

“*"O Intelecto não pode receber em si o conhecimento de toda coisa senão porque não é nenhuma das coisas que conhece... O conhecimento é bem a comunhão inteligível do conhecente e do conhecido, mas de certo modo uma comunhão à distância."*

Até aí tudo está perfeito, exceto a última fórmula: não é a comunhão que está à distância, mas o objeto conhecido que, embora presente à Inteligência, permanece presente também fora dela. A distância está entre as duas presenças; mas percebe-se a intenção do autor: chegar a uma comunhão sem distância, isto é, à identificação total do conhecente e do conhecido, portanto, do nosso espírito com as coisas. É ainda uma fórmula do Panteísmo.

O Senhor Borella continua:

“*Tudo se passa como se (atenção! chegamos a uma condição irreal!) o homem tivesse guardado a lembrança de uma comunhão ontológica entre ele e o mundo, mas que não possa mais realizá-la senão em modo especulativo. O conhecimento (a Gnose) é essa possibilidade mesma, essa última possibilidade, essa lembrança do Paraíso Perdido.*” (p. 130)

Eis o que era necessário demonstrar e o pensamento profundo do autor. O "como se" é pura cláusula de estilo. A comunhão ontológica? Digamos em bom português, a unidade de uma única substância da qual todos os seres não são senão parcelas "explodidas" (p. 41). O conhecimento de que fala o Senhor BORELLA é, portanto, bem a Gnose dos Gnósticos, pois produz a identificação do homem com o Grande Todo Divino. Reconhece-se ainda aqui a tese da reminiscência, cara aos neoplatônicos, mas em contradição manifesta com a Bíblia, pois o Paraíso Perdido era de fato uma criação de Deus.

Segundo erro dos Panteístas: Antes, eles haviam confundido a causa e o efeito, destruindo sua relação mútua; agora confundem o conhecente e o conhecido, destruindo também sua relação mútua e, portanto, tornando impossível todo conhecimento. É preciso, para que haja ato de conhecimento, um espírito que conhece e um objeto que seja conhecido; é preciso ainda que no próprio ato de conhecimento eles permaneçam distintos e que nunca se fundam um no outro. Sua fusão destruiria toda possibilidade de conhecimento. Ora, a "Gnose" dos Gnósticos é esse ato de fusão, de identificação real. Ela não tem, portanto, nada do sentido da palavra "conhecimento" tal como o entende a filosofia perene.

Outra fórmula gnóstica bem conhecida: O mundo material é uma criação má. Nosso corpo é um invólucro que mantém prisioneira dentro de si nossa alma, centelha divina. Os gnósticos usam as expressões: ganga terrosa, túmulo. Eles gostam de comparar o "soma", o corpo, com o "sêma", o túmulo.

Encontramos tais fórmulas em Borella:

“*O Mal no mundo é como uma dimensão inevitável do Cosmos*” (p. 92)... “*Um jardim, isto é, um espaço fechado e cujo fechamento é essa limitação ontológica inerente à criação que se chama Mal...*” (p. 93)

Que a limitação seja inerente à Criação, sabemos bem; mas isso não é um Mal, é um Bem. Deus o disse: “*E viu que sua obra era boa*”. Há graus na escala dos seres, que vão do menos perfeito ao mais perfeito. Cada ser tem seu próprio grau de perfeição que realiza mais ou menos...

“*O homem*”, diz ainda o sr. Borella,

"está encerrado em sua própria natureza como numa carapaça (e essa natureza compreende também, de certa maneira, toda a criação). Deus, nessa carapaça, perfura um buraco que imediatamente a luz divina invade. E essa luz vem de outro lugar, ela é divina; mas, na medida em que ocupa todo o lugar do orifício, ela faz parte da natureza humana..." (p. 181)

A imagem da carapaça é própria de sr. Borella, mas tem o mesmo significado que a bacia, a ganga terrosa nos outros gnósticos. Toda a criação, *dixit* sr. Borella, é, portanto, uma carapaça na qual Deus é obrigado a perfurar um buraco para fazer penetrar sua luz.

Mas de onde vem, então, essa carapaça? E que Deus é esse tão desajeitado, incapaz de volatilizar essa matéria inútil e incômoda que faz obstáculo, ou antes tela, ao jorro infinito de sua luz? Ei-lo obrigado a perfurar um buraco; eis sua pobre luz, dita divina, limitada pelo lugar que essa carapaça e seu orifício querem lhe deixar ocupar.

Somos levados a pensar que a carapaça é uma divindade infinitamente mais poderosa que esse pobre Deus-Luz. E essa é justamente a incoerência fundamental de todos os gnósticos: eles são obrigados a fazer coabitar um Deus-Matéria todo-poderoso, capaz de encerrar um Deus-Luz e mantê-lo em xeque... Eis duas divindades mitológicas que repugnam absolutamente à revelação cristã de um Deus único, todo-poderoso, infinito, etc.

TERCEIRO ERRO DOS PANTEÍSTAS: fazer coabitar em Deus o Bem e o Mal, isto é, o ser e o Não-ser, considerados como duas realidades complementares, quando o Mal não é outra coisa senão a negação do Bem e, no plano da atividade humana, a recusa do plano divino, atitude puramente negativa que não pode qualificar a divindade sem destruí-la.

A "RODA CÓSMICA" (ROTA MUNDI) ou o RETORNO À DIVINDADE PRIMORDIAL

Ao final de sua obra, p. 356, o sr. Borella nos faz uma descrição pitoresca da Roda Cósmica, invenção bem conhecida dos gnósticos:

“O Espírito Santo é o ímã universal que mantém unida a totalidade dos seres criados, equilibrando os efeitos da força criadora centrífuga que se exerce para a periferia da Roda cósmica (rota mundi) pela força atrativa do Amor que aspira a circunferência para seu centro incriado.”

Detenhamo-nos alguns instantes sobre essa frase. As palavras força criadora, centro incriado não devem iludir. Entre a circunferência e seu centro, há distinção de partes de um único e mesmo ser. Não é o centro que cria a circunferência. Suprima o centro ou suprima a circunferência, já não há roda alguma. O verbo "criar" aqui não tem nenhum sentido inteligível. É um *trompe-l'oeil* para tranquilizar um católico um pouco ingênuo.

Continuemos o texto:

“Se os homens vivem, se as plantas crescem e se os astros giram no céu, é porque eles se movem no Espírito Santo. Só Ele os impede de cair no nada. Vê-se por aí que a criação é um ato terrível para as criaturas, pois, em sua explosão criadora, ela afasta do Príncipe. Mas ela é também e simultaneamente o retorno permanente da exterioridade para a interioridade do UM, pois o Espírito Santo reúne o espalhamento cósmico, cercando todas as coisas nos braços de seu Amor eterno...”

A criação, um ato temível para a criatura? Ora, essa! É a obra de amor de Deus por nós... "Reunir para cerrar nos braços" lembra muito "abraçar para sufocar"...

Continuação P. 358:

“O Espírito Santo é circular. Ele cria, por sua presença, a circunferência dos mundos, onde cada ponto é trocado por todos os outros. Ele faz dessa circunferência uma vibração que emana do Centro supremo e leva ao centro, por suas vibrações espirituais, o desejo de Eternidade que anima toda coisa criada, do Anjo ao pó do caminho.” (P. 358)

Essa roda cósmica é uma pura invenção dos Gnósticos, à qual nada corresponde na realidade. Temos aqui um belo exemplo de verbosidade. Como descrever com precisão o que não existe, senão por um jogo verbal onde as palavras se chocam e perdem todo sentido inteligível? Como pode uma "Explosão" produzir como efeito uma circunferência, que é uma figura ordenada e perfeita em seu gênero?

O que o Senhor Borella chama impropriamente de "Criação" é uma "Explosão", uma "Vibração", uma "Emanação"? Não saberemos nada disso. Uma explosão faz voar em estilhaços os elementos do Todo, que se tornam então destroços, constituindo assim um "espalhamento" cósmico (?) de partículas indiferenciadas, "intercambiáveis", como nos é dito.

O homem, o anjo, o pó do caminho, tudo isso vale mais ou menos como limalha de ferro, e basta um bom ímã para fazer deles um monte, uma pilha onde se equilibram força centrífuga e força centrípeta, vibrações internas ou externas, etc... Falar de Amor, a propósito desse ímã chamado Espírito Santo por antifrase, é realmente zombar do leitor. Um Amor, essa força cega, mecânica, que puxa em todas as direções? Ora, essa!

Falar de um retorno à Divindade primordial é, para um Gnóstico consistente, falar de uma morte e de um aniquilamento. O Sr. Borella não deixa de nos regurgitar a lição de seus mestres. Ouçamo-lo:

"É preciso, no final das contas, que a substância humana absorva a substância divina, embora também se consagre ao seu aniquilamento, pois o finito não pode conter o Infinito sem explodir no dilaceramento e fundir-se na paz." (p. 41)

Existe, portanto, também um estilhaçamento no momento do retorno ao centro cósmico; não se deveria mais dizer uma explosão, mas uma "implosão". O resultado, aliás, seria o mesmo, uma redução a destroços e pó, a "Paz" dos cadáveres espalhados pelo campo cósmico...

Em outro lugar, o Sr. Borella nos dissera que *"A substância humana podia amar, isto é, querer doar-se... Mas esse movimento autônomo de que a criatura é capaz é o da morte e do seu aniquilamento."* (p. 43) Se "querer doar-se" é um movimento verdadeiramente autônomo, ele pode muito bem resultar na recusa de doar-se e, portanto, se o homem é autônomo em sua capacidade de morrer, ele pode muito bem não querer seu aniquilamento e, efetivamente, não morrer. Mas sabemos muito bem que a morte é inelutável, que é natural, e não tinha ocorrido a ninguém, mesmo na antiguidade pagã e fora de toda revelação, acreditar que ela fosse um aniquilamento... Voltaremos a isso a propósito da ressurreição dos corpos.

Aliás, esse retorno ao Grande Todo Divino Primordial é apenas um movimento aparente. Na realidade, o Homem nunca deixou de fazer parte dele desde o nascimento até a morte. E serão as hesitações do vocabulário que nos mostrarão isso.

O Sr. Borella nos diz:

“A essência individual deve ser considerada como o resultado do encontro entre a essência arquetípica ou pessoal (nossa natureza in divinis, tal como existe no verbo eterno) e o meio no qual essa essência supra-individual se manifesta. Em si, o arquetipo, princípio interno do ser, nosso nome divino, não está sujeito às determinações objetivas de que falamos..." (p. 82)

O Sr. Borella acrescenta:

“Não podemos nos tornar nós mesmos senão em Deus..."

Mais adiante ele adiciona:

“A Glória, no sentido metafísico, designa sempre a Irradiação do princípio, sua presença por irradiação (sem dúvida os raios da Roda Cósmica!) além da esfera divina. Na medida em que é imagem de Deus, o homem é um modo da Glória, pois não é imagem de Deus senão enquanto reflete a irradiação cósmica do

divino. (Assim, no interior da face côncava da esfera divina, cada faceta do espelho devolve a Deus sua própria imagem!) A expressão 'de Glória em Glória' indica diferentes graus da irradiação divina, correspondendo a outras tantas estações espirituais que o homem, durante sua transformação em imagem de Deus, percorre sob a ação de Deus que, sendo Espírito, o pneumatiza cada vez mais integralmente até a identificação quase total da imagem com seu modelo."
(p. 140)

Encontramos nesses textos as fórmulas clássicas da Gnose: o retorno à Unidade primitiva através das esferas celestes que os antigos gnósticos chamavam de "éons", em geral no número de sete, a chegada ao oitavo céu correspondendo à identificação divina. Tudo isso é muito bom, mas deixa sem resposta as questões prévias mais fundamentais.

Como podemos nos tornar nós mesmos, se já não o somos? E o que significa o verbo "tornar-se" nesse caso? Ele não carrega em si a noção de um movimento, de uma passagem. E o que podemos ser, quando não somos nós mesmos? Outra dificuldade de peso: o Homem, diz o Sr. Borella, é um modo da glória, uma imagem de Deus. Depois ele acrescenta que esse mesmo homem deve percorrer estações espirituais para se transformar em imagem de Deus. Mas o que significa essa transformação, visto que ele já é imagem de Deus, por sua natureza?

Mesma pergunta que anteriormente, mas invertida. Como podemos nos tornar aquilo que já somos? Há etapas a percorrer, "graus de irradiação", nos dizem ainda. Portanto, o homem não é puramente imagem de Deus, pois vai adquirir perfeições progressivamente.

Segundo a metafísica de São Tomás, que é, repetimos sempre, a metafísica natural do espírito humano, segundo o próprio Bergson, uma perfeição adquirida (por exemplo, a do espelho) é um acidente que se acrescenta à substância, acidente divino sem dúvida, mas acidente ainda assim. Ora, a substância do Homem não é esse acidente: imagem ou espelho de Deus.

Gênesis nos diz que o Homem foi criado "à imagem de Deus"; é um modo de ser que segue o modo criador de Deus, mas não é o próprio ser. De fato, a figura dessa pessoa é distinta de sua imagem que vejo no espelho. Posso até encontrar na sala uma posição que me permita ver a imagem no espelho sem ver o rosto que ela reflete. Essa é, aliás, a posição dos Homens aqui na terra: a Criação é um espelho no qual podemos ver, segundo o modo natural de nossa mente, uma imagem imperfeita da Obra divina, mas não o próprio Deus.

Por fim, terceira questão: O que é essa identificação quase total da imagem com seu modelo? Se essa identificação é quase total, é porque não é totalmente total. Ela é, portanto, parcialmente total... Vejam a que absurdos verbais leva a imprecisão do pensamento e a ambiguidade das fórmulas "como-se" e "quase"...! E se suprimirmos a fórmula, obtemos uma identificação perfeita. Coloquemos então a questão final: O Homem tem o poder de se fazer Deus, se ele já não o é? A resposta é "não". Portanto, o Homem sempre foi Deus. Nunca houve o menor movimento de queda em uma "casca" nem de percurso "através de estações espirituais", nem de ascensão de volta à esfera celeste, etc... Todos esses movimentos não têm razão de ser e toda a história do Cosmos segundo os Gnósticos é uma alta fantasia imaginativa à qual nada corresponde na realidade.

O EVANGELHO SEGUNDO O SENHOR BORELLA

Os Gnósticos são obrigados a reescrever o Evangelho de Jesus Cristo para colocá-lo em harmonia com suas construções imaginativas. Encontramos vários exemplos desses "LOGIA" de Cristo que eles recompunham para dar autoridade às suas elucubrações. Possuímos agora o texto completo do Evangelho de Tomé.

O Senhor Borella também se lançou nessa via das contorções mentais para encontrar no Evangelho, não o que ele realmente contém, mas as teses dos Gnósticos. Damos alguns exemplos:

I - Para descrever a ascensão das almas rumo ao Grande Todo primordial, eis um texto:

“ *"Quem quiser ser meu discípulo (isto é, quem quiser se tornar aquilo que é em mim) que tome a sua cruz", "Tomar a sua cruz é realizar dinamicamente essa crucificação do arquétipo pessoal que é estaticamente a essência individual, crucificando-a, ou seja, remontando ao ponto crucial o que era dispersão na periferia horizontal". (p. 83)*

Outro texto para sugerir a mesma ideia:

“ *"O bom ladrão que se volta para Cristo, ou seja, que retorna ao ponto crucial do qual emana de toda eternidade, e Cristo enuncia essa pontualização declarando: 'Em verdade te digo, hoje mesmo estarás comigo no Paraíso'. A fórmula 'comigo' significa a integração ao Eu Divino." (p. 45)*

Até agora eu acreditava que a preposição "com" introduzia um complemento de companhia. Eu me enganei: "com" quer dizer "dentro de". O Senhor Borella deve reformar não apenas as palavras de Cristo, mas também as regras da gramática!

II - Para expressar essa ideia gnóstica de que a alma é uma partícula divina caída por uma queda infeliz num corpo material, eis outros textos:

“ *"A descida do cérebro para o coração é figurada em várias passagens do Evangelho, quando é dito: 'Um dos discípulos, aquele que Jesus amava, estava reclinado sobre o seu peito'. (A descida do cérebro para o coração exige a renúncia da mente, a qual corresponde à coroa de espinhos) e ainda na morte de Cristo: 'Et inclinato capite tradidit spiritum' - E, inclinando a cabeça, entregou o espírito (ao seu Pai)... Diremos que o ouvido de São João percebia sobre o peito de Deus as próprias vibrações do Som primordial 'por quem tudo foi feito'." (p. 234)*

O Senhor Borella prossegue:

“*"Enquanto Cristo é homem, e o homem é especificamente definido pelo cérebro (Não, Senhor Borella!) e Cristo é crucificado em sua Humanidade ou ainda enquanto sua humanidade é crucificada por sua divindade, o corpo de Cristo corresponde à mente humana. Ele é sepultado (1) no túmulo cavado na rocha, ou seja, numa gruta."* (p. 234 e seguintes)

Eis um texto notável que diz tudo. O homem deve renunciar ao seu corpo, seu cérebro, sua mente, etc. para reencontrar essa centelha divina imortal, sua alma cósmica. Cristo foi condenado a essa mesma renúncia. Ele foi, por uma crucificação bem oportuna, livrado desse corpo material inútil, dessa humanidade da qual não precisava.

Os Gnósticos já nos haviam explicado que os soldados romanos crucificaram um homem, chamado Jesus, mas que este não era Jesus Cristo, o filho de Deus. Sempre zombaram desses apóstolos visionários que acreditavam ter reencontrado o corpo de Cristo ressuscitado.

O corpo de Cristo foi de fato depositado no chão de um túmulo, e não enterrado sob a terra, mas ele ressuscitou e toda a Fé Católica repousa sobre essa ressurreição de um CORPO. E, portanto, o jogo de palavras: soma-sêma (corpo-sepulcro) é contrário à Verdade do Evangelho.

TEMA E VARIAÇÕES SOBRE UM "DE ANIMA"

Sabemos que os Gnósticos dividem o Mundo em três esferas sobrepostas: o Mundo Material, o dos corpos; o mundo astral ou sutil, cuja definição varia de um gnóstico para outro; e o Mundo espiritual, o dos Espíritos. Essa divisão é, aliás, a de todos os nossos ocultistas modernos. O Senhor Borella não deixa de retomá-la para si; ouçamo-lo:

“*"O Cosmos não se reduz ao mundo corpóreo ou material... A criação comporta, na verdade, dois outros Mundos ou graus de realidade que a filosofia perene designa sob os termos de mundo sutil ou psíquico ou anímico, ou vital, ou ainda intermédio para o primeiro, e de mundo inteligível ou espiritual ou angélico..."* (p. 108) *"O mundo corpóreo ou grosseiro é determinado (limitado) por condições como o espaço, a matéria quantificada, o tempo, o movimento, a forma. O mundo sutil não está submetido ao tempo ou antes à duração, ao movimento, isto é, à organização individual"*

Toda a dificuldade de um texto como este reside no acúmulo de qualificativos utilizados pelo autor para tentar fazer entender em que pode consistir esse mundo intermédio, dito sutil. Como ele não existe, esforça-se por aplicar-lhe as características ora da matéria, ora da forma, que são a verdadeira e única composição metafísica dos seres.

Essa divisão ternária do Cosmos entre os Gnósticos destina-se a justificar a atribuição de uma dupla alma ao ser humano. De fato, sabemos que os Gnósticos dividem o homem em três partes: o corpo (soma), a alma intermédia (psique) e o espírito imaterial (pneuma). O senhor Borella diz equivalentemente em latim: o corpo (corpus), a alma (animus), o espírito (spiritus). (P. 117) Ele chama isso de "tripartição antropológica".

Mas sua linguagem torna-se singularmente hesitante e contraditória. Ele nos explica (p. 159 a 161 e seguintes) que "esse espírito (pneuma) que nos é dado na graça faz também parte de nossa natureza, mas de uma natureza de certo modo sobrenatural... O senhor Borella discorre longamente sobre essa ideia de que o Intelecto é 'naturalmente sobrenatural'."

Ele diz ainda: "*Lembre-mos de que este pneuma é o próprio sopro de Deus, que ele nos inspirou*", e remete ao Gênesis. Num primeiro momento e antes de uma exposição mais sistemática sobre a alma, poder-se-ia lembrar que a expressão bíblica "insuflar uma alma num corpo" tem um sentido metafórico e não físico. O autor sagrado devia fazer entender que a alma é imaterial e buscou na natureza uma realidade tão tênue quanto possível, o movimento do ar, para sugerir essa ideia.

Não se deve, portanto, concretizá-la, como faz o senhor Borella, por exemplo, quando quer nos sugerir a mesma ideia através desse Deus-Luz que faz um buraco numa carapaça para introduzir nela seu raio cósmico...

Seria preciso ainda distinguir entre a ação de Deus que sopra e o resultado dessa ação, que é o sopro deste ou daquele corpo, não confundir a causa e o efeito. Em Deus, o sopro é divino; no homem, ele é o resultado natural, em nosso mundo criado, da ação divina. E, portanto, nosso Intelecto é de origem divina, mas é uma faculdade natural de nossa alma. Podemos certamente afirmar que toda a Criação é obra gratuita de Deus, já que essa obra não é resultado de nenhuma necessidade; mas devemos afirmar com veemência que nosso Intelecto também é criado e, portanto, natural.

Mas vê-se bem por que o senhor Borella, como todos os gnósticos consequentes, quer manter para nossa alma espiritual ou "pneuma" uma natureza divina:

“*“É no centro do coração, diz ele, que se encontra o olho de Deus 'que vê no segredo'. Esse olho do coração é tanto o olho de Deus quanto o olho do Homem deificado, sua verdadeira pessoa transcendente, seu eu imortal, a fonte de seu ser mais íntimo, sua verdadeira identidade...” (p. 235)*

Entendemos bem: a identidade do Homem pneumatizado é Deus. Não se pode confundir melhor o Criador e sua Criação.

Aliás, o senhor Borella deixa escapar a ponta da orelha, bem incidentalmente, quando fala de Platão:

"Ao dar à alma uma origem divina, Platão, estima-se, funda sua imortalidade, mas arruína a unidade do ser humano, fazendo descer essa alma num corpo que lhe é por natureza estranho. Por isso, aliás, ele precisa supor uma outra alma intermédia entre a alma imortal e o corpo." (p. 167)

Com efeito: a "Psique" dos Gnósticos é uma invenção necessitada por seu sistema cosmológico. Ela não resolve o problema; se o "pneuma" é divino e o "soma" material, como esse intermédio poderia uni-los? Seria preciso que ele fosse ao mesmo tempo material e divino, isto é, unir em si caracteres contraditórios. A solução do problema continua a mesma de antes, e um encaixe infinito de almas intermédias não mudaria a questão... "Tudo isso", diz Santo Tomás de Aquino, "é imaginário e ridículo."

A este ponto de nossa crítica da Gnose moderna, parece-nos indispensável reafirmar o que é a alma humana. Tomaremos emprestada a exposição de Santo Tomás de Aquino; então poderemos, finalmente, resolver as últimas dificuldades levantadas pelo senhor Borella.

O QUE É A ALMA HUMANA?

Costuma-se definir o Homem assim: uma substância composta de um corpo e uma alma. Essa fórmula, se pode apresentar um sentido aceitável, pode também tornar-se uma fonte de confusões e erros múltiplos. Cada ser (árvore, pedra, cão, homem, etc.) é composto de matéria e forma. O homem é um corpo composto de elementos materiais, mas organizados, construídos e unificados por um princípio formal, a alma.

Essa alma não é um segundo ser acrescentado ao corpo, é o próprio corpo, enquanto "animado". A alma é o princípio de organização dos materiais que tomaram a forma de "corporalidade" do corpo humano. É uma ideia diretriz desse corpo. Não se deveria "reificá-la" e torná-la uma substância.

A alma, diz Santo Tomás, é o ato (digamos, a realização de uma ideia) de um corpo natural possuindo a vida em potência. Não apenas é princípio de organização do corpo, mas princípio de um movimento interno que se pode chamar de "imanente". É, portanto, a ordenação dos materiais que o compõem e o movimento vital que dela provém que chamamos de alma.

Os materiais do nosso corpo que constituem seus órgãos são exatamente os mesmos que constituem todos os outros seres, mesmo os não vivos, mas ordenados segundo um princípio que lhes confere a capacidade do movimento vital. É preciso, portanto, deixar bem claro que a alma é um princípio único que ordena todos e cada um desses elementos de modo a permitir-lhes exercer as faculdades próprias desse corpo.

Não se deveria dividir o ser humano em partes justapostas, encarregadas cada uma separada ou sucessivamente de tal ou qual função, capazes, portanto, de uma atividade que não fosse a do homem todo. E isso é muito importante, porque é em nome dessa divisão artificial que nossos modernos psicanalistas se esforçam para negar a responsabilidade do homem em seus atos (cf. "Não fui eu que matei, foi minha mão"). Aliás, essa é a intenção fundamental dos Gnósticos: tornar o "pneuma" impassível, estranho a todos os movimentos da "psique".

A alma, princípio único de ser, é igualmente fonte única de atividades múltiplas. Assim como nosso espírito, embora permaneça UM, é capaz de pensar uma multidão de objetos variados, também nossa alma animante é capaz de produzir uma multidão de atividades muito variadas. Costuma-se distinguir três delas, porque correspondem a três graus de atividades imanentes nos seres animados: a vida vegetativa, a vida sensitiva e a vida intelectual. Mas esses três graus de atividade imanente não são compartimentados no ser humano. Eles se interpenetram. Cada um é suporte do outro.

A alma preside a construção do homem de modo a permitir-lhe assimilar um alimento (vida vegetativa) para desenvolver nele um sistema nervoso capaz de receber sensações e responder a elas com uma atividade reflexa, depois instintiva e espontânea (vida sensitiva) e, finalmente, desenvolve nele um cérebro, suporte necessário de uma atividade nova, o Intelecto, capaz de apreender o Universal nos objetos que os sentidos lhe dão a observar.

Esta é, portanto, uma faculdade imaterial, que supera infinitamente o papel de simples animação do corpo. "A potência vegetativa", diz São Tomás, *"prepara o corpo para que as faculdades sensíveis possam agir. A mesma relação existe entre as faculdades sensíveis e as faculdades intelectuais"*. Chama-se a esta última faculdade de Espírito; pode-se dizer até "a alma espiritual", mas não se deveria "coisificar" essa faculdade e fazer dela uma segunda alma, o "pneuma" dos Gnósticos; caso contrário, chegar-se-ia à negação da Unidade substancial do homem e a absurdos deste tipo: "Não sou eu que penso e age, é em mim uma força que me é estranha e que me impele... etc." A desculpa habitual de todos os culpados...

São Tomás repete com calma obstinação que nossa atividade espiritual não é nossa substância, que nossas faculdades são acidentais, ou seja, que se acrescentam à substância para aperfeiçoar o ser. Ele precisa até que as faculdades aparecem ao longo do crescimento numa ordem cronológica inversa à sua finalidade. É uma única e mesma alma que ordena, desde a concepção, os diferentes materiais assimilados pelo ser vivo na construção de um homem completo, capaz de uma atividade espiritual; e, portanto, essa alma é espiritual na medida em que é um princípio dinâmico que faz surgir os órgãos e as funções segundo um desenrolar no tempo já todo programado na primeira célula, conforme o esquema do DNA.

Como já sabemos que a causa final é a causa das causas, aquela que move a causa eficiente, é bastante evidente que nossa alma é espiritual desde a concepção, pois todos os nossos órgãos e todas as nossas faculdades são ordenados para a vida espiritual em seu pleno acabamento. São Tomás acrescenta que nossa atividade espiritual é subsistente, isto é, pode subsistir por si mesma, sem o necessário apoio de um órgão corporal, o cérebro, porque, por si, ela é imaterial. Mas veremos que esse estado de um espírito humano separado do corpo é contrário à natureza. Ele não faz do homem um anjo, ou seja, uma forma pura sem matéria...

Isso posto e bem compreendido, podemos examinar alguns textos de "A Caridade Profanada" que, de outro modo, pareceriam bastante obscuros.

"A afetividade", diz Sr. Borella,



"não é apenas sentida, ela é também conhecida e pensada; sem isso, aliás, nem poderíamos falar dela. Uma afetividade puramente sentida seria um simples fato, incapaz de gerar a convicção do eu, e que pareceria tão objetivo e natural quanto um processo químico no interior de uma célula..."

e mais adiante, p. 119:

“As funções afetivas, sentimentos, paixões, emoções pertencem à alma sensitiva (ou animal) e estão ligadas ao corpo. Elas constituem o que há de mais propriamente psíquico no homem.”

Em seguida, o autor toma o exemplo de três sentimentos: medo, ira, coragem, como se houvesse três princípios de ser afetados por esses movimentos, quando todos eles são movimentos do ser humano total, ao mesmo tempo sensível e inteligente.

Dissemos que as faculdades da alma se interpenetram e agem juntas, mas é preciso precisar que é a faculdade mais perfeita, aquela que intervém por último, que comanda progressivamente as outras: chamamos a isso o "domínio" da razão sobre os movimentos dos quais nosso ser todo é afetado pelo mundo exterior.

Portanto, a afetividade no homem também é penetrada de inteligência e, ao descrever fenômenos complexos como um movimento de medo, não se deve reduzi-los a uma função compartimentada, por exemplo, a da sensibilidade. É muito cômodo, mas é falso. Num movimento de medo, no cordeiro, por exemplo, diante do lobo — exemplo ao qual São Tomás se refere frequentemente — há um reflexo do instinto vital provocado por uma espécie de julgamento esboçado chamado "estimativa", que vai do singular ao singular (esse lobo ali diante desse cordeiro). Não há julgamento universal, portanto espiritual (lobo em relação a todo cordeiro).

No homem, a estimativa é sempre uma "cogitativa", isto é, o reflexo do instinto vital é produzido por um julgamento universal aplicado a esse caso singular que o afeta naquele momento; aliás, é um julgamento errôneo, porque muito apressado, que atribui a um perigo uma gravidade que ele não tem. A ira é um sentimento comandado pela inteligência, que consiste em julgar que um obstáculo que se encontra é insuperável: esse julgamento também é errôneo.

Quanto à coragem, é o exemplo mais perfeito de uma alma cuja faculdade espiritual dominou totalmente os movimentos da sensibilidade. Ora, esse domínio da sensibilidade pela razão adquire-se progressivamente ao longo da infância. Primeiro, a criança se deixa levar pelos movimentos sensíveis sem compreendê-los bem; depois, seu espírito começa a despertar e, porque conhece a causa desses movimentos, pode agir sobre ela e modificar seus efeitos: é a idade da razão...

Finalmente, o Sr. Borella não deve pedir aos textos de São Paulo que justifiquem sua tripartição antropológica. De fato, ele se deu ao trabalho de nos prevenir:

"São Paulo certamente não se preocupa com ciências humanas e não busca de modo algum descrever o homem exteriormente" (p. 159).

Ele lembra que São Paulo é "dependente de uma terminologia bíblica", segundo Dom J. Dupont, e, portanto, prejudicado por um vocabulário inadequado ao que deseja mostrar. Eu diria antes que ele é dependente de um vocabulário platônico que envenenou a linguagem religiosa por séculos.

Quando São Paulo nos diz, por exemplo: *"Que o Deus da Paz vos santifique por inteiro, e que todo o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados imaculados para a Parusia"*, ele não pretende designar com isso uma composição metafísica tripartida do ser humano. Ele quer apenas, por uma redundância da linguagem, comum na época, expressar a totalidade do ser humano. Quando ele também diz: *"Para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho no Céu, na Terra e nos Infernos"*, ele não pretende decompor o Cosmos em três esferas, mas apenas designar o que hoje chamamos de Igreja gloriosa, militante, sofredora...

DA LIBERDADE

Também se quis extrair a ideia de uma dupla alma no homem a partir da distinção clássica que se faz entre a Inteligência e a Vontade. Esse foi sobretudo o erro dos neoplatônicos. Se podemos definir a vontade como uma potência que se soma à inteligência, não devemos de modo algum substancializá-las; fazer delas duas almas, como toda uma tradição agostiniana, herdada de Platão, tende a fazer: opor o coração e a razão... Trata-se apenas das múltiplas aplicações de nossa atividade espiritual aos diversos objetos sobre os quais ela se exerce.

São Tomás nos diz que a vontade deriva toda da inteligência e que ela determina apenas alguns de nossos juízos. O Sr. Borella cita um texto de São Tomás, p. 199:

“O amor é o ato da vontade designada aqui pelo coração. De fato, assim como o coração corporal é o princípio de todos os movimentos do corpo, assim também a vontade é o princípio de todos os movimentos espirituais, especialmente no que diz respeito ao fim último a que tende, que é o objeto da Caridade. Ora, há três princípios de ação (São Tomás não diz princípios de ser, portanto não são Almas) que são movidos pela vontade, a saber: o intelecto, designado pelo espírito; a potência apetitiva inferior, designada pela alma; e a potência executiva exterior, designada pela força”.

Deixemos de lado a comparação com o coração-órgão, que testemunha um conhecimento errôneo da fisiologia humana. Neste texto, São Tomás, ao distinguir potências, não tem absolutamente a intenção de decompor o ser humano. É preciso compreender este texto como uma forma de desenvolver as diferentes fases da atividade espiritual quando ela chega a um ato. É preciso recolocá-lo em todo o ensinamento do Doutor sobre a Liberdade e a Vontade.

Para agir, é preciso primeiro conhecer o ser ou o objeto que se deseja alcançar. É preciso também conhecer a si mesmo como um ser imperfeito que precisa do mundo exterior para se completar, se aumentar, crescer em perfeição. A essa atitude do nosso espírito, São Tomás chama de "apetite racional". Ele tem uma amplitude infinita, pois visa a Felicidade perfeita, o "fim último a que tende" (É este o sentido da palavra "apetite").

É preciso, em seguida, considerar o ser ou o objeto que se tem diante de si (definição da palavra "objeto") como um bem capaz de preencher nosso apetite de felicidade. É ainda um juízo, mas este é sempre negativo. Este ser, objeto de atração, é por natureza imperfeito, limitado, incapaz de responder totalmente ao nosso desejo. Daí uma certa indiferença em relação a ele. O juízo não é inteiramente determinado pelo objeto desejado, que não atrai necessariamente. Ele permanece, portanto, livre para se dirigir a outro objeto que lhe possa parecer mais desejável, ou ainda livre para permanecer imóvel e, portanto, não provocar movimento. O espírito permanece suspenso. Ao fazê-lo, ele permanece, aliás, privado do bem imperfeito e limitado que o objeto em questão poderia lhe proporcionar.

A Vontade não é outra coisa senão essa capacidade que nosso espírito tem de se dirigir por um movimento espontâneo em direção a um objeto que não nos move necessariamente. Mas este movimento é espiritual; ele é ainda um juízo comandado pelo apetite racional. É nossa inteligência que nos dita sua lei; tal objeto, embora limitado e imperfeito, pode satisfazer ao menos parcialmente meu desejo de felicidade perfeita.

Quanto à execução, é ainda nossa alma espiritual que comanda o movimento do corpo. Assim, quando, após hesitar um momento, dizemos a nós mesmos: "É preciso ir". O corpo executa, "potência executiva", diz São Tomás, "princípio de ação", se quisermos, mas subordinado ao juízo do espírito, que permanece senhor de dirigir o apetite de felicidade para tal ou tal objeto.

Assim vemos bem, mesmo respeitando o ensinamento do Doutor Comum, que essas três potências, distinguidas pelo texto citado, são subordinadas umas às outras e que, absolutamente falando, é a Inteligência que, em última análise, comanda a Vontade. A Unidade do ser humano é perfeita em sua natureza. Nunca será possível justificar a tese dos Gnósticos, que querem absolutamente subtrair nossas ações ao domínio da Inteligência e destruir assim a responsabilidade espiritual de nossos atos.

Não se pode, portanto, utilizar tal texto de São Paulo no sentido que acabamos de dizer. O Sr. Borella o cita na p. 164:

“Não faço o que quero, mas faço o que faço. Ora, se faço o que não quero, reconheço, de acordo com a lei, que ela é boa; na realidade, não sou mais eu quem realiza a ação, mas o pecado que habita em mim. Pois sei que nenhum bem habita em mim, quero dizer, na minha carne.”

Eis um texto interessante que os Maniqueus e os Gnósticos de todas as épocas comentaram apaixonadamente. São Tomás também o comentou. Ele mostrou bem que nosso apetite racional,

se deve por natureza dominar nossos apetites sensíveis, que nos conduzem à satisfação dos instintos da carne, pode, no entanto, deixar-se dominar por eles. É bem a imperfeição de nossa natureza que faz com que, às vezes, a hierarquia das potências de nossa alma se inverta. Porque nossa alma espiritual não é totalmente senhora de nossos instintos, acontece que a razão normativa, embora reconhecendo a bondade da lei, como diz São Paulo, aceita, no entanto, dar livre curso às pulsões do instinto que pedem satisfação imediata e o prazer de um momento. Ao fazê-lo, nosso espírito provoca uma distorção entre a lei conhecida e aceita e o ato que a contradiz: é o pecado, portanto, uma responsabilidade e não uma fatalidade à qual não poderíamos escapar, como sustentam os Gnósticos e, na esteira deles, os Protestantes. E essa distorção da alma subsiste após a ação: é o remorso.

A RESSURREIÇÃO DOS CORPOS

Em uma página interessante, o Sr. Borella nos mostra os limites e a insuficiência do pensamento de Aristóteles. É verdade que um filósofo pagão cuja inteligência não foi aperfeiçoada pela Revelação pode, às vezes, encontrar dificuldades para as quais não encontra solução.

Tudo o que não é informe, nos diz Aristóteles em suma, pertence à alma: estrutura de nosso corpo, células, tecidos, funções, órgãos, atividades, metabolismo, movimentos; tudo isso é indissociável. Se a atividade cessa, a estrutura se desfaz: é a morte. Eis a doutrina da Unidade Substancial do Homem.

Ela acarreta duas dificuldades de peso:

I – Se a alma nada mais é do que o corpo vivo, não pode haver sobrevivência da alma após a morte do corpo: essa é uma primeira evidência.

II – A atividade espiritual não serve para nada no corpo, não corresponde a nenhuma função biológica. "É uma vez separado que o Intelecto não é mais do que aquilo que ele é essencialmente, e isso só é imortal e eterno".

Começamos por responder à segunda dificuldade. Dizer que a atividade espiritual não corresponde a nenhuma função biológica é inverter as relações ontológicas da matéria e da forma. Trata-se de uma verdadeira ilusão de ótica. Porque os seres criados nos aparecem primeiramente sob uma forma sensível, somos atraídos por seus acidentes devidos à matéria: cores, movimentos, etc., e é por uma operação abstrativa que compreendemos depois sua verdadeira forma, a forma inteligível, aquela que define o ser por sua finalidade.

Mas, na operação criadora, ocorreu o inverso. O ser criado é primeiro um pensamento (não se trata de uma ordem cronológica, mas de uma ordem lógica) antes de ser uma matéria informada, e a forma dada a esses elementos materiais usados como suporte não é outra coisa senão o pensamento criador. Não sabemos qual é a finalidade última dessa profusão de seres que o Criador espalhou em sua criação, porque não estamos no segredo de Deus; mas o que sabemos com certeza é que as plantas e os animais que nos cercam não têm uma razão de ser suficiente no simples funcionamento de seus órgãos.

Para o corpo humano, não é diferente. Sabemos, porque somos dotados de Inteligência, que todas as nossas funções biológicas são ordenadas à nossa atividade espiritual. Portanto, é preciso inverter a questão. Não perguntar para que serve a atividade espiritual do homem, mas para que servem nossas funções biológicas; e então compreenderemos muito bem que elas estão a serviço de nossa alma espiritual.

Compreenderemos ainda melhor que essa alma, princípio de animação de um corpo, é espiritual em sua própria essência, já que é capaz de fazer aparecer sucessivamente todos os órgãos, suportes necessários do nosso "Espírito". O homem não é um anjo e jamais o será. Ele não é uma forma separada. Ele é de fato um ser cuja alma conseguiu colocar a matéria a serviço do espírito.

Resta a primeira dificuldade: *"Se toda a função da alma é animar um corpo, é evidente que essa alma desaparece com a dissolução deste"*. Isso ainda é verdade para os animais. Mas é preciso esclarecer que, no homem, a função da alma é sempre animar um corpo, cuja finalidade última, no entanto, é sua atividade espiritual imaterial, a qual atividade imaterial é, também ela, efeito dessa mesma animação.

A uma tal dificuldade – dissolução dos elementos materiais que compõem o corpo e imaterialidade, portanto eternidade da atividade espiritual – os antigos pagãos não souberam encontrar uma resposta plenamente satisfatória.

Eles imaginaram uma estada num mundo com formas tão desmaterializadas quanto possível. Os homens conservam seu corpo, é claro, mas são fantasmas, formas vazias, sombras de corpos. Sua vida não está mais submetida às necessidades biológicas, mas parece diminuída, sem interesse, monótona e triste. Apenas os culpados são condenados eternamente a seus castigos. Os justos arrastam-se, languidamente, em jardins vaporosos, frescos, sombreados. É tudo, é pouco, mas não é tão ruim. Os antigos pagãos não puderam conceber a existência de uma alma puramente espiritual privada de seu corpo. Isso lhes parecia contrário à natureza, como uma espécie de privação de ser e, no fundo, eles tinham razão.

Mas JESUS-CRISTO morreu e ressuscitou, e esse fato extraordinário renovou nossa concepção da morte. Os apóstolos viram um corpo ressuscitado; um deles até o tocou, e era um corpo verdadeiro. Eles ficaram deslumbrados, sua inteligência despertou. Eles ensinaram a ressurreição dos corpos. Se um corpo pôde ressuscitar e reaparecer, é que todos os corpos têm essa faculdade ou, pelo menos, que essa faculdade não lhes é radicalmente heterogênea: prodigiosa revelação. A Igreja cristã afirmou isso com força desde então, e é um dogma fundamental da Fé Católica.

A morte não é um movimento de retorno a uma divindade indiferenciada da qual teríamos estado separados por algumas décadas devido a alguma catastrófica "explosão". A morte também não é a despersonalização de um ser que voltou a ser pó ou vibração luminosa (imaginária e ridícula, disse São Tomás). A morte não é uma fusão num Grande Todo Cósmico, muito menos um aniquilamento.

Num primeiro momento, a morte é um sono. O falecido está deitado de costas, olhos fechados, voltado para o céu, o corpo virado para o sono nascente, num dormitório (dormitorium-cemitério), livre de todos os utensílios ou objetos que se tornaram inúteis, pronto para se levantar ao chamado do Julgamento. A Igreja canta esse repouso em sua missa de "réquiem". Sem gemidos, sem

carpideiras contratadas, sem gritos lamurientos ou indignados contra a injustiça da morte; mas um canto calmo, pacífico, onde já vibra a espera da Ressurreição: "*In paradisum deducant te angeli*", termina por cantar a Igreja antes de deitar o morto. Mesmo nesse momento, os Anjos estão a serviço dos homens.

Num segundo momento, a Morte é uma Ressurreição. A Igreja mostra isso nos pórticos de suas catedrais: os corpos se levantam, nus, de seus túmulos. Um corpo "glorioso" é um corpo livre das imperfeições devidas à matéria: deformidades, mutilações, doenças, envelhecimento, mas que permanece nosso verdadeiro corpo, com suas características pessoais bem particulares. Não seremos confundidos com nossos vizinhos. Dissemos que nossa alma é a própria forma de nosso corpo. É preciso, portanto, que sua função permaneça a mesma, a de animar um corpo, já que essa é sua razão de ser. Pouco importam os materiais que nossa alma utiliza para construir seu corpo. Ao longo de sua vida terrestre, o homem renovou várias vezes toda a matéria de seu corpo, sem que a forma fosse afetada por isso.

A vida no Além não é uma vida diminuída, uma sombra de vida, muito menos um aniquilamento. Este corpo, que nos ajudou aqui embaixo, graças aos órgãos dos sentidos, a conhecer Deus pela contemplação da beleza do Mundo, este corpo, após completar sua espiritualização, nos permitirá ver a Deus.

É nesse momento preciso que os Gnósticos nos privam dessa "visão beatífica" ao nos despersonalizar, ao nos fundir, ao nos aniquilar. Para que, então, terão servido nossos esforços, tanto físicos quanto espirituais, para alcançar essa perfeição, se ela deve nos ser tirada no ponto de chegada? A Igreja, ao contrário, descreve no "Apocalipse" esse imenso Coro dos Justos cantando a Glória de Deus, e no seio do qual Cada um desempenhará sua parte.

E. C.

Nota 1: Não, Senhor Borella! Vá verificar no local. O corpo de Cristo não está mais no Santo Sepulcro...

O FILIOQUE EM QUESTÃO

Um complemento ao [nosso estudo sobre o Filioque, publicado no Boletim nº 9](#), torna-se necessário devido à publicação, na mesma época, de seis escritos sobre essa questão, o que confirma sua atualidade e importância.

São eles, na ordem:

I - Um estudo da Revista "Connaissance hellénique", no nº 6 de Janeiro de 1981, intitulado "Teologia Ortodoxa" e assinado por Jean-Victor Vernhes.

II - Um livro coletivo inteiramente dedicado ao Filioque, intitulado "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*", editado pelas *Edições du Centurion* e pelas *Presses de Taizé* em 1981 também.

III - Um livro com o título "*O Espírito que diz Pai! e o problema do Filioque*" e de autoria do RP Jean Michel Guarrigues, pelas Edições Téqui em 1982.

IV - Um artigo do periódico "*L'homme nouveau*" datado de 20 de junho de 1982 e comentando o livro do Padre Guarrigues.

V - Um artigo da revista trimestral "*Unidade dos cristãos*" publicado no número 46 em abril de 1982, tratando do Filioque nas páginas 17 e 18.

VI - Finalmente, um artigo intitulado "*O Integralismo do Hábito e os Últimos Suspiros do Filioquismo: resposta à Sociedade Barruel*" publicado recentemente em uma revista ortodoxa de língua francesa cujo nome desconhecemos.

O ARTIGO DE "CONNAISSANCE HELLENIQUE"

É o artigo mais antigo em data que nos propomos a estudar primeiro. Agradecemos ao Sr. Vernhes, professor da Faculdade de Letras de Aix-em-Provence, por nos tê-lo enviado. Não nos é possível reproduzir integralmente nem este artigo nem a carta manuscrita que o autor nos enviou posteriormente, mas esperamos traduzir fielmente seu pensamento.

No artigo, assim como na carta, o Sr. Vernhes expõe longamente o mal-entendido linguístico resultante da diferença entre os verbos "*exporeumaï*" em grego e "*procedere*" em latim. O Evangelho segundo São João XV, 26, fala do Espírito Santo que "*exporeumenon*" do Pai, mas não há palavra em latim para traduzir exatamente essa palavra e se disse "*a patre procedit*". O artigo de "*Connaissance hellénique*" propõe, e só podemos aprová-lo, traduzir "*exporeumenon*" por: "a sua fonte primeira" e não por "procede".

Poder-se-ia também encontrar outras expressões para traduzir o texto de São João XV, 26, reproduzido pelo Símbolo oriundo do Concílio de Constantinopla de 381, como "O Espírito Santo que procede originalmente do Pai", ou "O Espírito Santo que tira sua primeira origem do Pai". Santo Agostinho precisava que o Espírito Santo procede do Pai *principaliter*.

Estamos de acordo com o Senhor Vernhes ao constatar que há, de fato, um mal-entendido linguístico. Por um lado, não se pode obrigar os gregos a dizer que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho empregando o verbo "*exporeumai*", que se refere à origem primeira; isso equivaleria a fazê-los dizer "O Espírito Santo tira sua primeira origem do Pai e do Filho". Humberto de Moyenmoutier errou em 1054 ao querer impor essa fórmula. Por outro lado, a expressão "procede do Pai e do Filho" pode ser mal compreendida, especialmente se se confunde o verbo "proceder" com o verbo "*exporeumai*". Poder-se-ia crer que o Filho tem por si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo.

Mas o MAL-ENTENDIDO LINGUÍSTICO NÃO EXPLICA TUDO, e não estamos mais de acordo quando o autor do artigo pretende explicar toda a história da divergência entre católicos e ortodoxos pelo mal-entendido linguístico; ora, é bem esta a ideia principal que emerge deste artigo e da carta que ele dirigiu à Sociedade Barruel e onde diz:

"O conhecimento por G. L. do princípio linguístico que está no cerne da questão teria logicamente acarretado uma reorganização completa do histórico deste debate".

DOIS ERROS DA PARTE DE FÓCIO

É preciso compreender bem que não há um erro da parte de Fócio e dos teólogos ortodoxos que se inspiraram nele, mas sim dois erros; o primeiro é uma consequência do mal-entendido linguístico, o segundo não o é.

O primeiro erro é um erro de fato sobre o conteúdo da doutrina católica relativa à processão do Espírito Santo. Fócio acreditou, ou fingiu acreditar, que a doutrina católica romana ensinava que o Pai não poderia sozinho dar a vida ao Espírito Santo e que precisava para isso do concurso do Filho, o que limitava sua onipotência; Fócio acreditou, portanto, ou fingiu acreditar, que o Filho possuía por si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo. Tratava-se aí de uma interpretação completamente falsa do Filioque e do que ensinavam os teólogos latinos. A doutrina católica nunca pôs em causa a monarquia do Pai, ela não diminui sua onipotência.

Fócio e os teólogos ortodoxos fizeram bem em afirmar com força essa monarquia do Pai, mas deram-se muito trabalho para arrombar uma porta aberta. A teologia católica ensina que o Pai, sendo onipotente, poderia ter dado sozinho a vida ao Espírito Santo, assim como ele sozinho gerou o Filho, mas ensina também que o Pai transmitiu a seu Filho todos os seus poderes, exceto o de gerar, que lhe é específico. Transmitiu-lhe, portanto, o poder de dar existência ao Espírito Santo.

O Pai celeste é perfeito, comunica toda a sua perfeição ao seu Filho e essa perfeição comporta, entre outros, o poder de produzir o Espírito Santo. Disso resulta que o Espírito Santo procede do Filho ao mesmo tempo que do Pai. É o que exprime o "*Filioque procedit*", e o que não poderia exprimir em grego uma fórmula como "*exporeumenon do Pai*".

A Igreja Católica nunca disse que o Espírito Santo procede do Filho no sentido de "*Exporeumenon*" (tira sua primeira origem), nem que o Filho tem por si mesmo o poder de dar a vida ao Espírito Santo; ela sempre disse que o Espírito Santo procede também do Filho, e que isso vem de que o Pai transmitiu ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo.

Esse ensinamento foi expresso sem equívoco no Concílio de Florença de 1439:

“Porque tudo o que é do Pai, o Pai o deu ele mesmo a seu Filho único ao gerá-lo, com exceção do seu ser de Pai, esta processão do Espírito Santo a partir do Filho, o Filho a tem eternamente de seu Pai que o gerou eternamente.”

Fócio e, depois dele, os teólogos ortodoxos cometeram, portanto, um erro sobre o conteúdo da doutrina católica, erro que pode ser explicado pelo mal-entendido linguístico entre *procedit* e *exporeumenon*, erro que não dissipa, é preciso reconhecer, a expressão "*a Patre Filioque procedit*", que pode ser interpretada de duas maneiras, mas que dissipam inteiramente as explicações dadas por diversos teólogos, entre outros Santo Agostinho e São Máximo o Confessor, e, sobretudo, as dadas pelo Concílio de Florença.

Acreditamos ser necessário insistir no fato de que o mal-entendido linguístico foi dissipado muitas vezes ao longo da história, e os Ortodoxos não podem ignorar isso. Citamos exemplos:

- Uma carta famosa de meados do século VII de São Máximo, o Confessor, a Máximo de Chipre, para justificar o Papa Martinho I por ter escrito em latim que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. São Máximo precisava: "*Os Romanos reconhecem o Pai como a única fonte do Filho e do Espírito... mas mostram que o Espírito procede pelo Filho e, desse modo, mantêm a comunhão de essência. Eis, portanto, as posições que sustentam e pelas quais são acusados sem fundamento.*"
- O fato de que o Papa Gregório X, em 1274, no Segundo Concílio de Lyon, embora tenha pedido aos Gregos que reconhecessem a verdade dogmática do *Filioque*, não os obrigou a acrescentar essa palavra ao seu símbolo. Infelizmente, Nicolau III, alguns anos depois, achou por bem reverter a decisão de Gregório X.
- O Concílio de Florença, que em 1439 expressou de forma muito explícita a doutrina católica sobre a processão do Espírito Santo, não pode deixar qualquer dúvida sobre o sentido atribuído ao *Filioque*.
- A bula "*Etsi Pastoralis*", de 26 de maio de 1742, na qual Bento XIV, para levar em conta a diferença de terminologia entre o grego e o latim, permitiu aos Gregos recitar o Símbolo sem o *Filioque*: "*Embora estejam obrigados a crer que o Espírito Santo procede também do Filho, não estão, no entanto, obrigados a pronunciá-lo no Símbolo.*"

Desde Bento XIV, pode-se dizer que não há mais mal-entendido linguístico da parte dos latinos, mas, por seu lado, os Ortodoxos persistem em qualificar de herética a fórmula latina do *Filioque*.

O segundo erro de Fócio e dos teólogos ortodoxos é este: eles ensinam que o Pai não pode comunicar ao Filho o poder de dar vida ao Espírito Santo; para eles, "a expiração ativa" é uma

propriedade pessoal exclusiva do Pai, portanto incomunicável; para eles, o que é hipostático, isto é, particular a uma pessoa divina, pertence apenas a essa hipóstase:

“Toda participação de outra pessoa é contrária à incomunicabilidade e à singularidade das propriedades hipostáticas” (Fócio, *Mystagogia do Espírito Santo* - 15 PG 15, PG 10 2293 AB).

Pode-se perguntar por que Fócio pretende que o poder de transmitir a existência ao Espírito Santo é próprio do Pai e incomunicável: com efeito, por que o Pai não poderia comunicar ao Filho esse poder, segundo o ensinamento de São João 16,15:

“Tudo o que é do Pai é meu”?

Se o Pai não comunicasse ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo, duas explicações seriam possíveis: ou o Pai não pode ou não quer. Se não pode, sua onipotência é limitada e, por conseguinte, sua perfeição. Se não quer, é porque seu amor pelo Filho é limitado; disso resulta que sua caridade não é perfeita; em ambos os casos, sua perfeição não é completa. Donde se vê que, longe de afirmar a perfeição do Pai, a tese de Fócio, ao contrário, a diminui.

Por outro lado, se o Filho, ao contrário do Pai, não tem o poder de espirar o Espírito Santo, ele não recebeu do Pai toda a sua perfeição, ao contrário de São João 16,15: ele é, portanto, menos perfeito que o Pai, desigual ao Pai, e recai-se no Arianismo...

Com a teoria de Fócio, o Pai não é perfeito e o Filho é ainda menos perfeito que o Pai: é, pelo menos, o que se é obrigado a constatar.

Acrescentemos que, se o fato de dar existência ao Espírito Santo fosse uma propriedade incomunicável do Pai, este não seria suficientemente designado por seu nome de Pai; dever-se-ia dizer: o Pai e Espirante, e dever-se-ia fazer o sinal da cruz dizendo: "Em nome do Pai e Espirante, do Filho e do Espírito Santo".

A posição de Fócio e dos teólogos ortodoxos sobre a incomunicabilidade é, portanto, um erro, e este segundo erro, erro de doutrina, não é de modo algum fruto de um mal-entendido linguístico sobre a expressão "procede do Pai e do Filho". O primeiro erro faz crer falsamente que os católicos ensinam que o Filho tem por si mesmo o poder de dar existência ao Espírito Santo, enquanto sempre ensinaram que ele o recebeu do Pai. O segundo erro consiste em pretender que o Filho não recebeu do Pai o poder de produzir o Espírito Santo: portanto, quando o primeiro erro de origem linguística é dissipado, o segundo erro subsiste.

A prova de que a diferença entre católicos e ortodoxos não se baseia unicamente no mal-entendido linguístico é que os Ortodoxos que inicialmente as aceitaram rejeitaram posteriormente as definições do Concílio de Florença de 1439, que dissipavam inteiramente esse mal-entendido e

formulavam de forma muito explícita a doutrina católica.

Marcos Eugênio, arcebispo de Éfeso, havia participado desse Concílio e se oposto às suas resoluções, enquanto os outros Ortodoxos as aceitavam. Sua atitude foi inequívoca: por testamento, pediu que nenhum dos que haviam assinado o Ato de União do Concílio de Florença assistisse a seu funeral nem rezasse a Deus por ele. Seu irmão João, que também viera ao Concílio, publicou um livro contra esse concílio. Sabe-se, além disso, que, após a tomada de Constantinopla pelos Muçulmanos em 1453, a União de Florença foi oficialmente rompida em 1484 pelo Patriarca ortodoxo instituído por eles.

Acreditamos ter demonstrado que o essencial do debate entre católicos e ortodoxos não reside em interpretações linguísticas divergentes do *Filioque*, mas sim na transmissão (ou não transmissão) do Pai ao Filho do poder de produzir o Espírito Santo.

Observações diversas

Queremos citar agora algumas outras passagens errôneas do mesmo artigo, formulando as observações que julgamos necessárias.

1. No final da página 12, lê-se: "*a adição do Filioque pelos latinos esteve na origem da ruptura entre católicos romanos e ortodoxos, entre Roma e Constantinopla*". Por outro lado, o memorando do Conselho Ecumênico das Igrejas de 1978/79 disse o mesmo, embora de forma menos categórica.

Ora, isso é um erro histórico completo. O cisma de Fócio durou apenas seis anos, e no século seguinte dificilmente se falou sobre a processão do Espírito Santo. Os ataques de Miguel Cerulário em 1053/54 incidiram sobre outras questões: pães ázimos e jejum do sábado.

Emile Bréhier, em sua obra "*O cisma oriental no século XI*" (Paris 1899, páginas 131-132), confirma isso:

“Durante o século XI, a questão da adição ao símbolo ocupou um lugar totalmente secundário”.

Por sua vez, em 1898, Bolotov, professor ortodoxo de história eclesiástica na Universidade de São Petersburgo, declarou que a questão do *Filioque* não fora a causa da separação das Igrejas.

A questão do *Filioque* não foi, portanto, uma causa determinante da ruptura, e foi somente uma vez consumado o cisma que ela assumiu o primeiro lugar na polêmica entre a Igreja grega e a Igreja latina.

2. Lê-se no alto da página 16: "*a teologia grega distinguirá cuidadosamente a processão do Espírito Santo e sua missão, isto é, o fato de ele ser enviado à criação pelo Pai e pelo Logos*" (ou seja, o Filho).

Essa afirmação é exata, mas parece inútil; pois a teologia católica é da mesma opinião, nunca confundiu processão e missão, faz a distinção tão bem quanto a teologia grega.

Certamente, a teologia grega sustenta que a missão não depende da processão, diferentemente da teologia católica, que recorda, com Jorge de Trebizonda, falecido em 1484, e com o Papa Leão XIII na Encíclica *Divinum Illud* de 9 de maio de 1897, que a processão eterna do Espírito Santo é o fundamento necessário de sua missão temporal. Isso não é uma confusão entre uma e outra, é apenas a afirmação de uma relação de causa e efeito.

3. Ainda na página 16, lê-se a respeito da Epístola de São Paulo aos Gálatas 4,6: "*Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai!*" "*Isso quer dizer que o Filho recebeu do Pai a plenitude do Espírito*". Ora, não é de modo algum isso que São Paulo quis dizer: Não é verdade que o Filho, enquanto segunda hipóstase, recebeu a plenitude do Espírito Santo.

A maioria dos teólogos ortodoxos, se excetuarmos Marcos de Éfeso no século XV e Gusev, da Academia Eclesiástica de Kazan por volta de 1900, admite, tanto quanto os teólogos católicos, que há uma ordem de origem entre as três pessoas divinas. Para que o Filho receba a plenitude do Espírito Santo, seria necessário que ele fosse o terceiro na ordem de origem, quando, ao contrário, é o Espírito Santo, terceira hipóstase, que recebe a vida *principaliter* do Pai e a recebe também do Filho.

É somente enquanto homem que é verdadeiro dizer que o Filho recebeu a plenitude do Espírito Santo; essa dádiva do Espírito Santo concerne unicamente à natureza humana de Jesus Cristo e de modo algum à sua natureza divina, à sua alma e não à sua divindade.

4. No meio da página 17, o autor cita vários textos de Santo Agostinho, dizendo: "*Não me pareceu que as passagens sobre a processão do Espírito ex Patre Filioque se afastassem da doutrina ortodoxa*". Entre essas passagens encontra-se *De Trinitate* 5,29: "*O Espírito Santo vem do Pai como de seu primeiro princípio, pois está provado que o Espírito Santo vem também do Filho. Mas esse privilégio é ainda o Pai quem o concede ao Filho; ele o gerou de tal modo que seu dom comum vem também do Filho*".

Vimos acima que Fócio não admite que o Pai conceda ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo. Para ele, ao contrário, esse poder é incomunicável. A doutrina ortodoxa não apenas se afasta, mas se opõe absolutamente aos textos citados de Santo Agostinho. Aliás, Fócio citou como favoráveis ao *Filioque*: Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Gregório Magno (in *Mystagogia do Espírito Santo* 66-72): é, portanto, que ele conheceu bem e rejeitou voluntariamente a doutrina de Santo Agostinho.

5. No alto da página 18, o autor quer nos fazer crer que "*Filioque procedit*" se refere à missão do Espírito Santo enviado pelo Filho. Trata-se, na verdade, do envio do Espírito Santo pela intercessão do Filho, que ocorreu sobre a Igreja a partir de Pentecostes. "*A 'procedit' empregado sozinho, pode-se equivaler: é enviado, o que se aplica à missão*". "*Quanto à sua missão, pode-se dizer em latim 'Ex Patre filioque procedit'*".

Isso é um grave erro: o verbo *procedere* não se aplica à missão. Quando a teologia católica diz que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, isso significa que o Espírito Santo recebe sua existência principalmente do Pai e também a recebe do Filho. Isso não tem nada a ver com a missão. Além disso, a missão é temporal, enquanto a processão é eterna. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho desde toda a eternidade, antes de toda criação. Ao contrário, a missão do Espírito Santo só pôde começar com a criação. É impossível que Ele tivesse sido enviado ao nada, antes que o mundo existisse.

A teologia latina nunca usa a palavra *procedere* para designar a missão; os Padres da Igreja declaram que a substância, e não a missão, é concedida a Ele pelo Filho: "*Neque alia substantia est Spiritus Sanctus praeter id quod datur a Filio*" (Dídimo de Alexandria).

Pode-se citar também Jorge de Trebizonda, falecido por volta de 1484: "*As operações imanes da Divindade são eternas em si mesmas... Se considerarmos em si mesmo o ato imanente pelo qual o Espírito Santo recebe do Pai e do Filho a essência divina, ele é eterno.*"

Foi somente o patriarca de Constantinopla, Gregório de Chipre (1283-1289), que inventou uma teoria da manifestação eterna do Espírito Santo pelo Filho ou através do Filho, teoria pouco compreensível.

A explicação de *procedit* por "é enviado", adotada pelo artigo de "*Connaissance hellénique*", é uma interpretação anglicana do século XIX – William Palmer e, sobretudo, Neale, falecido em 1866, declararam que o Espírito Santo só procedia do Filho por uma missão temporal; isso não tem nada a ver com a doutrina católica.

6. Lê-se na página 18: "*No século VII, o Papa Martinho I emprega a nova fórmula segundo a qual o Espírito Santo ex Patre Filioque procedit.*" Ora, essa fórmula não era nova na verdade; já havia sido usada por vários papas: o Papa São Leão Magno em 477, em uma carta ao bispo espanhol Turíbio de Astorga; o Papa São Hormisda em 519, em uma carta oficial ao imperador Justino; e também o Papa São Gregório Magno.
7. Na página 19, encontra-se: "*Assiste-se, em suma, a uma oscilação na interpretação da fórmula de origem agostiniana introduzida no texto do Credo no Concílio de Toledo.*"

A fórmula não é apenas de origem agostiniana. Antes de Santo Agostinho (354-430), tanto entre os latinos quanto na escola de Alexandria, autores já haviam ensinado que o Espírito Santo procedia ou vinha do Pai e do Filho. Podem-se citar Tertuliano, falecido por volta de 220; Novaciano; Virgílio de Tapse; Santo Ambrósio (340-397), que dizia: "*O Espírito Santo, quando procede do Pai e do Filho, não se separa do Pai, nem se separa do Filho*" (PL 16732-733 A); e Santo Hilário de Poitiers.

O Pe. Garrigues, em "*L'Esprit qui dit Père*" (1982, p. 70), declara: "*Quanto a Santo Agostinho, frequentemente apresentado como o inventor do Filioque, pode-se dizer que não fez obra de inovador nessa matéria. Ele sobretudo sintetizou os diversos elementos que encontrava na tradição latina anterior concernente à processão do Espírito Santo.*" Para complementar esse texto do Pe. Garrigues, à tradição latina seria preciso acrescentar a tradição alexandrina.

8. Na página 19, o autor escreveu: "*Se compreendermos a fórmula latina do Filioque sem nela ver uma referência à fonte primeira, ela é aceitável para os gregos.*" De fato, ela é

aceitável, pois está de acordo com o dogma cristão, e deveria ser aceitável para os gregos e para todos os outros cristãos. Na verdade, foi aceita sem problemas até o século IX – a carta de São Máximo a Marinos de Chipre, já citada, dissipou um mal-entendido. Na realidade, desde Fócio, a fórmula não é aceita.

9. O autor continua o trecho citado anteriormente: *"Se, ao contrário, vê-se nela (no Filioque) essa referência à fonte primeira, atribui-se ao Filho ser causa do Espírito no mesmo título que o Pai: nesse caso, coisa inaceitável para os gregos, vai-se contra a doutrina tradicional, que considera o Pai sozinho como sendo a causa. E é essa segunda interpretação que pouco a pouco triunfará na Igreja latina."*

Ver o Filho como causa primeira da existência do Espírito Santo no mesmo título que o Pai é uma falsa interpretação, inaceitável tanto para todos os católicos quanto para os ortodoxos. Pretender que foi essa interpretação que pouco a pouco triunfou na Igreja latina é um absurdo, e aqui o autor do artigo apenas reproduz a distorção operada por Fócio.

Basta examinar as definições do Concílio de Florença para se convencer de que a Igreja Católica ensina e sempre ensinou que o Filho não tem de si mesmo, mas recebe do Pai o poder de produzir o Espírito Santo. Além disso, a interpretação que o autor chama de segunda interpretação, se é teoricamente possível, se foi ensinada outrora por ignorantes, já não é mais ensinada por ninguém há muito tempo.

Observemos ainda que há contradição entre a explicação dada aqui para a fórmula latina *"filioque procedit"* e a explicação dada no alto da página 18, que é objeto de nossa quinta observação – a de *procedit* por *"é enviado em missão"*. O autor dá, portanto, duas versões consecutivas e contraditórias do significado da fórmula latina: a primeira pelo envio em missão do Espírito Santo, a segunda pelo poder que o Filho tem de si mesmo de dar vida ao Espírito Santo. Vimos que ambas as explicações são falsas.

10. O artigo termina com a seguinte passagem: *"Para os latinos, o Espírito que procede do Filho aparece como o simples agente ou comissário deste. O Pentecostes parece o complemento menor do Natal e da Páscoa. A ênfase é colocada na Encarnação, ou seja, na dimensão sacramental, portanto hierárquica, portanto institucional. Os gregos, ao contrário, mantêm o equilíbrio entre o Logos e o Espírito e, segundo a fórmula de Olivier Clément, 'a relação entre sacramento e profecia, entre hierarquia e povo, entre palavra e vida, entre ordem e liberdade depende, sem dúvida, em última instância, da relação eterna revelada pela teologia trinitária entre o Filho e o Espírito Santo'."*

Aqui, mais uma vez, a doutrina da Igreja Católica é distorcida. Ela sempre ensinou que as três pessoas da Santíssima Trindade são iguais entre si, e nunca admitiu qualquer laço de subordinação entre o Espírito Santo e o Filho. É certamente lamentável que alguns católicos vejam a vinda do Espírito Santo no Pentecostes e posteriormente ao longo dos séculos como um evento menor em comparação com a Encarnação, mas isso se trata de um defeito de compreensão da doutrina e não de um erro da própria doutrina católica.

Se o Espírito Santo foi um tanto negligenciado na pesquisa teológica, no apostolado, no estudo de suas diversas manifestações autênticas, se às vezes se quis extinguir o Espírito, isso é muito

lamentável, pode ter tido consequências infelizes, mas nada tem a ver com a questão do *Filioque*.

A TEOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO: No diálogo entre o Oriente e o Ocidente

As Edições do Centurião e as Presses de Taizé publicaram em 1981 uma obra intitulada "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*"; este livro, obra coletiva de autores pertencentes a diversas religiões, é inteiramente dedicado à questão do *Filioque*, e podem-se encontrar informações sobre a posição dos Velhos Católicos, dos Anglicanos e dos Reformados.

Os Velhos Católicos, que haviam se recusado a aceitar os dogmas sobre o Papa proclamados pelo primeiro Concílio do Vaticano em 1870, após examinar o problema, chegaram à conclusão de que não se deveria recitar o *Filioque* na liturgia. O artigo 3 das decisões da Conferência de União de Bonn em 1875 foi redigido da seguinte maneira: "*Comprometemo-nos todos a apresentar a doutrina do Espírito Santo tal como foi ensinada pelos Pais da Igreja indivisa*".

Esta atitude está em contradição com a verdade histórica, pois, como mostramos, antes do cisma a maioria dos Pais da Igreja Latinos ou Alexandrinos admitiu a dupla processão do Espírito Santo.

Numa conferência de Lambeth em 1978, os bispos da Comunhão Anglicana recomendaram "*que todas as igrejas membros da comunhão considerem omitir no Credo Niceno a fórmula do Filioque*".

Entre os Reformados, podem-se distinguir três atitudes:

1º - Muitos estariam prontos a defender firmemente a teologia do *Filioque*. Para a geração que precedeu a nossa, o principal defensor do *Filioque* foi Karl Barth que, segundo Alasdair Heron, "*reafirmou com força uma posição que, em suas linhas gerais, é a de Anselmo. Ele acrescentou seu toque pessoal ao insistir no fato de que o Filioque obstrui qualquer abordagem do Pai que não passe por Jesus Cristo e ao dar a entender que o que ele considera como elucubrações de certos teólogos russos modernos poderia bem provir do fato de que não aderem ao Filioque*".

2º - A grande maioria dos membros das igrejas reformadas não é tão suscetível de rejeitar o *Filioque* quanto de se desinteressar pela questão.

3º - Finalmente, certos teólogos reformados concedem que há uma parte de verdade nos ataques contra o *Filioque*. Assim, a obra "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*" contém integralmente o memorando do Conselho Ecumênico das Igrejas (C.E.I.) redigido por teólogos ocidentais e orientais reunidos em Kligenenthal em 1978 e 1979.

No histórico deste memorando, pudemos detectar dois erros e uma omissão. O primeiro erro, situado na página 9, é a afirmação de que o Concílio de Éfeso em 431 ratificou a santidade do símbolo definido em Constantinopla em 381, símbolo que dizia: o Espírito Santo procede do Pai.

Na realidade, o Concílio de Éfeso defendeu unicamente que nada fosse acrescentado ao símbolo de Niceia; ele visava apenas o símbolo de 325 e de modo algum os acréscimos de 381, pois em 431 o Concílio de Constantinopla ainda era considerado apenas como um concílio local e suas definições

não tinham qualquer autoridade dogmática.

O segundo erro encontra-se na página 10, onde se diz que o Papa Leão XIII parecia favorável à teologia do *Filioque*: não, ele não parecia, ele era efetivamente favorável.

A omissão está no alto da página 10: "*No século IV, alguns autores latinos falavam do Espírito Santo como procedente do Pai e do Filho, ou de ambos*". Por que não mencionar nem a escola de Alexandria, nem Santo Epifânio, que certamente não tinha nada de latino?

No capítulo sobre os aspectos teológicos do *Filioque*, lemos: "*As observações que se seguem propõem-se a sugerir de que maneira a teologia ocidental poderia buscar uma posição que se aproxime da do Oriente, mantendo, ao mesmo tempo, sua preocupação em afirmar os laços do Filho e do Espírito*".

Assim, para o memorando, é unicamente a teologia ocidental que deve buscar uma posição que a aproxime da do Oriente; a recíproca não é considerada. É o Ocidente, e não o Oriente, que deve arcar com todos os custos da eventual modificação. Estamos, portanto, diante de um partidarismo evidente, cujas origens seria instrutivo estudar.

Para finalizar, o memorando recomenda "*que a forma primitiva do terceiro artigo do símbolo, sem o Filioque, seja considerada em toda parte como a fórmula normativa e restabelecida, para que todo o povo cristão possa confessar sua fé comum no Espírito Santo dizendo: 'E cremos no Espírito Santo, que reina e dá a vida, que procede do Pai'*".

Nós, evidentemente, contestamos essa conclusão, pois essa fé supostamente comum seria puramente fictícia e aparente. Porque:

1º - Os gregos usariam o verbo "*ekporeúomai*"; os latinos, seja o verbo "*procedit*", seja um verbo equivalente na língua vernácula. Ora, sabemos que esses verbos não têm o mesmo significado.

2º - De que adiantaria adotar uma mesma fórmula se não há acordo sobre sua interpretação? É uma ideia falsa acreditar que se possa realizar a unidade apenas pelo Credo. Há forçosamente verdades dogmáticas que não estão expressas nele.

Se a menção "e do Filho" for suprimida, os católicos são, no entanto, sempre obrigados a crer nas definições do concílio ecumênico de Florença de 1439, que envolvem a infalibilidade, e, conseqüentemente, na intervenção ativa do Filho na processão. Por sua vez, os Ortodoxos continuarão a afirmar que o poder do Pai de produzir o Espírito Santo é incomunicável.

Onde estará a unidade? Onde estará a fé comum?

O ESPÍRITO QUE DIZ "PAI" E O PROBLEMA DO FILIOQUE

O livro do Pe. Guarrigues, "*O Espírito que diz 'Pai!'*" e o problema do *Filioque*", contém, especialmente em sua segunda parte, uma exposição histórica de grande interesse e que pode ser muito útil. No entanto, o ponto de vista defendido na terceira parte nos parece perigoso ao apresentar a doutrina católica sobre a processão do Espírito Santo como um simples "

theologoumenon", ou seja, como uma opinião teológica.

O Pe. Guarrigues, por mais estranho que pareça, quer conservar o Filioque, mas com "um sentido suscetível de uma recepção ecumênica pela ortodoxia". Em outras palavras, o Pe. Guarrigues deseja que católicos e ortodoxos entrem em acordo sobre a fórmula, mas cada um dando a ela um sentido restrito que poderia ser interpretado de maneira diferente por cada uma das partes.

Eis como o Pe. Guarrigues precisa seu pensamento:

“Na Igreja Católica, quando os bispos e o papa professam em seu magistério solene uma expressão como o Filioque (e o mesmo se poderia dizer para Transsubstanciação, Imaculada Conceição, Infalibilidade Pontifícia), isso não significa que eles canonizem o sentido preciso que essa fórmula tinha na corrente teológica que a concebeu e utilizou até então. Isso significa, ao contrário, que essa expressão foi reconhecida como uma expressão normativa da fé; o sentido último do que ela afirma deve ser buscado na conformidade com a Revelação, isto é, para um católico, na Escritura lida à luz da Tradição.”

Tais páginas se aproximam do modernismo. Aceitam-se as palavras de uso corrente em teologia, mas esvaziando-as de seu sentido. O Pe. Guarrigues quer conservar o Filioque no Credo, mas, para poder realizar um acordo ecumênico, quer dar-lhe um sentido diferente daquele professado até agora pela Igreja Católica. Qual é, então, esse sentido que o Pe. Guarrigues preconiza?

Sua tese é, em linhas gerais, a mesma proposta pelos teólogos russos. Os ortodoxos, de fato, não têm todos um ponto de vista idêntico sobre o *Filioque*. Essa tese, de Basílio Bolotov, professor de história eclesiástica na Universidade de São Petersburgo, publicada em 1898, retomada pelo Santo Sínodo de São Petersburgo em 1912 e posteriormente por Sergei Bulgakov, pode ser resumida da seguinte forma:

1. A questão do *Filioque* não foi a causa da separação das igrejas e, portanto, não pode constituir um impedimento dirimente para sua reunião.
2. A teoria de Fócio sobre a processão do Espírito Santo *a Patre Solo* deve ser classificada entre os *theologoumena*, ou seja, entre as opiniões teológicas que se é livre para aceitar ou rejeitar.
3. A doutrina latina da processão pelo Pai e pelo Filho deve ser considerada igualmente como uma opinião livre, que pode ser aceita ou não.
4. A verdadeira justificação da fórmula "o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho" não corresponde nem ao *theologoumenon* de Fócio, nem ao *theologoumenon* latino, mas indica simplesmente que a geração do Filho precede logicamente, isto é, por uma mera prioridade de natureza, a processão do Espírito Santo, que o Filho é como a condição *sine qua non* da produção do Espírito Santo pelo Pai.

O Padre Guarrigues, como Bolotov, como o sínodo de São Petersburgo, como Bulgakov, encontrou um ponto comum nas doutrinas católica e ortodoxa sobre a processão do Espírito Santo: o Espírito

Santo procede do Pai, portanto, daquele que gera o Filho único. Para que a primeira pessoa da Santíssima Trindade produza o Espírito Santo, é necessário primeiro que Ele seja Pai, portanto, que haja um Filho.

A diferença entre a tese de Guarrigues e a tese russa é que os russos pensavam poder expressá-la apenas pela fórmula: "procede do Pai pelo Filho", enquanto o Padre Guarrigues acredita que ela é compatível com a fórmula "procede do Pai e do Filho". Vê-se imediatamente as objeções que podem ser feitas ao ponto de vista do Padre Guarrigues:

1. Se ele aceita o *Filioque*, não leva em conta a maneira como foi empregado pelo Concílio Ecumênico de Florença em 1439. As definições deste Concílio são, no entanto, irreformáveis e comprometem incontestavelmente a infalibilidade. Compreende-se ainda menos o Padre pelo fato de ele citar duas frases do Concílio de Florença em sua quarta parte. Então, ele considera as definições de um concílio ecumênico como simples opiniões teológicas?
2. Não se vê como o fato de a produção do Espírito Santo supor a existência do Filho poderia ser expresso pela fórmula "o Espírito Santo procede do Pai e do Filho"; esta fórmula supõe uma relação de causa e efeito entre o Filho e o Espírito Santo, e não apenas que a existência de um é a condição do outro.
3. O Padre Guarrigues quer absolutamente realizar um acordo ecumênico entre ortodoxos e católicos. Só podemos aprová-lo, mas podemos nos perguntar para que serve um acordo sobre a fórmula se esta pode ser interpretada de forma diferente de cada lado. Assim será, no entanto, forçosamente, pois uns pensarão que o Espírito Santo procede do Pai sem a intervenção do Filho e outros que procede d'Ele pela intervenção do Filho.
4. O Padre Guarrigues parece acreditar, por outro lado, que todos os ortodoxos concordam em dizer que o Espírito procede do único Pai na medida em que este gera o Filho único, o que supõe uma ordem de origem e de natureza entre as três pessoas divinas: o Pai é a primeira pessoa da Santíssima Trindade, o Filho é a segunda, o Espírito Santo é a terceira. Ora, nem todos os ortodoxos pensam assim; já observamos anteriormente que Marcos, arcebispo de Éfeso no século XV, e Gusev por volta de 1900, pretenderam que não havia ordem de origem entre as três pessoas divinas: Marcos disse que, se nomeamos o Espírito Santo em terceiro lugar e não em segundo, é apenas para evitar fazer crer que Ele também é um Filho nascido do Pai por geração.

Portanto, com sua explicação da processão do Espírito Santo, por mais restritiva que seja, o Padre Guarrigues nem sequer conquistará a unanimidade dos ortodoxos.

O ESPÍRITO SANTO NO CREDO

Sob o título "*O Espírito Santo e o Credo*", o periódico *L'Homme Nouveau* de 20 de junho de 1982 comentou o volume do Padre Guarrigues. Deste artigo, reteremos apenas a frase: "*Daí a sugestão que vem à mente: por que os latinos não adotariam a fórmula 'Creio no Espírito Santo que procede do Pai pelo Filho'?*".

L'Homme Nouveau não insiste nesta sugestão, mas acreditamos ser necessário respondê-la. Se a fórmula "procede do Pai e do Filho" comporta uma ambiguidade, se pode ser interpretada de duas

maneiras diferentes, uma verdadeira e uma falsa (a verdadeira: o Filho recebe do Pai o poder de produzir o Espírito Santo; e a falsa: o Filho tem de si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo), a fórmula "procede do Pai pelo Filho", por sua vez, pode ser interpretada de múltiplas maneiras. O Padre Jugie, em seu livro *O Cisma Bizantino*, página 361, sem indicá-las, afirma que há quinze delas. E entre essas quinze, se está certamente a explicação católica do Concílio de Florença, há também outras quatorze.

O Concílio de Florença afirmou que "do Pai e do Filho" e "do Pai pelo Filho" eram duas maneiras legítimas, embora diferentes, de expressar a doutrina católica, mas os ortodoxos afirmam, em sua maioria, que "do Pai e do Filho" é herético e não admitem qualquer assimilação entre "e do Filho" e "pelo Filho". O patriarca de Constantinopla, Gregório de Chipre (1283-1289), chegou a declarar que assimilar as duas expressões era cometer um grande blasfêmia contra o Espírito (*Scripta apologética* PG 142, 250 B).

Citaremos apenas duas explicações da fórmula "do Pai pelo Filho":

1. Gregório de Chipre e, depois dele, Gregório Palamas, arcebispo de Tessalônica no século XIV, faziam uma distinção entre a essência divina e as energias incriadas. Para eles, a essência do Espírito Santo provém do Pai somente, e as energias do Espírito Santo provêm do Filho. Disso resulta, segundo sua opinião, que quando se diz que o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho, trata-se unicamente de suas energias, isto é, de seus dons, e de modo algum de sua essência ou de sua hipóstase. Para Marcos de Éfeso também, a processão do Espírito Santo pelo Filho se aplica à manifestação das energias do Espírito (*Scripta syllogistica* 385, 406-407).
2. Vimos anteriormente também como a expressão "do Pai pelo Filho" foi interpretada por Bolotov, pelo sínodo de São Petersburgo e por Bulgakov: a geração do Filho é uma condição para a processão do Espírito Santo.

Em resumo, podemos concluir que adotar a fórmula "pelo Filho" em vez de "e do Filho" levaria não apenas a lançar suspeita de heresia sobre o Filioque, mas também a substituir uma maneira equívoca de se expressar por outra ainda mais equívoca. Além disso, a fórmula "pelo Filho" na realidade não proporcionaria nenhuma aproximação com os ortodoxos. Eles sempre se recusaram a interpretá-la num sentido conforme à doutrina católica expressa pelo Concílio de Florença.

O ARTIGO DA REVISTA "UNIDADE DOS CRISTÃOS"

O periódico trimestral "*Unité des Chrétiens*" de abril de 1982 contém um artigo do Pe. Congar onde ele diz, em particular:

“No sistema tridentino não se poderia admitir que se suprimisse o Filioque, enquanto estou convencido de que isso é possível e que deve tornar-se possível. Mais uma vez, Roma é lenta para se declarar, eu compreendo, seu carisma é um carisma de prudência”.

Se o Padre Congar é a favor da supressão do Filioque, ele não dá outras razões além da necessidade de restabelecer a comunhão com os ortodoxos.

O mesmo periódico contém também um artigo do Pe. Sesbouë, da Companhia de Jesus, intitulado "*O contencioso sobre a fé entre igrejas separadas*" com duas colunas sobre o Filioque, onde os pontos de vista católico e ortodoxo não são expostos; o autor limita-se a dizer que a relação entre natureza e pessoas divinas é percebida de modo diferente por cada um.

O Pe. Sesbouë parece fazer sua a objeção ortodoxa baseada no Concílio de Éfeso que, em 431, havia proibido acrescentar qualquer coisa ao texto do símbolo de Niceia; com efeito, ele relata essa proibição expressando-se da seguinte maneira: "*o Concílio de Éfeso decidiu em 431 que não se fariam mais acréscimos ao texto do símbolo de fé*".

O Pe. se engana ao empregar as palavras "daqui em diante não mais", que nunca figuraram no decreto do concílio de Éfeso e que deixam supor que acréscimos já haviam ocorrido. Eis o texto do decreto promulgado na 6ª sessão desse concílio:

“*O Santo Concílio decretou que não é permitido a ninguém propor, escrever ou compor uma fórmula de fé diferente daquela que foi fixada pelos santos Padres em Niceia com o Espírito Santo*".

Antes da decisão do concílio de Éfeso, nenhum acréscimo havia sido feito ao símbolo de Niceia, que dizia simplesmente "creio no Espírito Santo" sem acrescentar nada; as fórmulas do concílio de Constantinopla de 381 não tinham então nenhum alcance dogmático, emanando apenas de um concílio local. Foi somente mais tarde, em 461, que o Concílio de Calcedônia reconheceu a conformidade do dogma dos acréscimos de 381. Em 431, o concílio de Éfeso, ao proibir acrescentar qualquer coisa ao símbolo de Niceia, excluía implicitamente os textos emanados do concílio de Constantinopla de 381.

O argumento dos ortodoxos, retomado e reforçado pelo Pe. Sesbouë, volta-se, portanto, contra eles, pois, se se conformassem ao concílio de Éfeso, deveriam dizer "creio no Espírito Santo" sem acrescentar mais nada.

O Pe. Sesbouë continua seu artigo dizendo: "*Do lado católico, parece-me perfeitamente possível reconhecer que se trata de uma diferença de sistematização que não compromete a fé*". - O que é que não compromete a fé? Seria a intervenção do Filho na processão do Espírito Santo? Então o Pai não comunica, portanto, a plenitude de sua perfeição. Disso resulta que o Filho é menos perfeito que o Pai.

Para terminar, o Pe. Sesbouë cita uma proposição do Pe. Evdokimov que lhe parece sugestiva e cheia de esperança; tratar-se-ia de equilibrar o Filioque por um *Spirituque*, o que significaria que o Filho recebe o Pai do Espírito Santo. Nós não compreendemos. Se o Espírito Santo intervém na Encarnação do Verbo, no batismo de Jesus, em sua ressurreição, trata-se da Humanidade do Filho e não de sua Divindade. O Espírito Santo não pode intervir no Filho enquanto Deus; isso inverteria

a ordem das três pessoas divinas, passando então o Espírito Santo antes do Filho. Além disso, a teoria ortodoxa da incomunicabilidade do poder do Pai estaria em xeque, uma vez que o Pai associaria o Espírito Santo ao seu poder de gerar o Filho: estamos em plena contradição e em plena fantasmagoria.

UM ARTIGO DE UMA REVISTA ORTODOXA

Um de nossos leitores nos enviou um artigo intitulado "*O Integrismo do Hábito e os Últimos Vestígios do Filioquismo - Resposta à Sociedade Barruel*". Este artigo, obviamente, não responde de forma alguma ao [nosso artigo publicado no Boletim nº 9](#) e limita-se a afirmar que o Espírito Santo procede do Pai e somente dele, alegando que se trata de uma definição do Concílio Ecumênico de Constantinopla de 381.

Repetimos que o Concílio de 381 disse simplesmente "o Espírito Santo *ekporeumenon* do Pai", retomando assim o texto de São João XV, 26. Ele não empregou o verbo "procede", que é diferente, e, se não fez qualquer alusão a uma possível intervenção do Filho, também não a negou.

Em seguida, o artigo retoma o eterno argumento do Concílio de Éfeso, que "proferiu a proibição de mudar qualquer coisa nas formulações dogmáticas". Repetimos mais uma vez que o Concílio de Éfeso não empregou o termo "formulação dogmática"; ele simplesmente proibiu compor uma fórmula diferente daquela composta em Niceia.

Se a revista em questão quisesse obedecer ao Concílio de Éfeso, deveria rejeitar tudo o que o Concílio de Constantinopla acrescentou ao Concílio de Niceia. O argumento baseado no Concílio de Éfeso contradiz aquele baseado no Concílio de Constantinopla: é preciso escolher. Por fim, mais adiante, o autor deste artigo fala sobre "o honesto Papa Leão III": teria ele esquecido que este Papa redigiu uma profissão de fé afirmando a processão do Espírito Santo do Pai e do Filho?

CONCLUSÃO

Para concluir, resumamos mais uma vez a doutrina católica: o Pai todo-poderoso é perfeito; ele comunica toda a sua perfeição ao Filho e, ao comunicar essa perfeição, transmite o poder que lhe é próprio. O Filho é perfeito e toda a sua perfeição ele recebe do Pai; e, recebendo essa perfeição, ele recebe o poder de produzir, com o Pai, o Espírito Santo.

Se alguém rejeita essa doutrina — e é isso que os ortodoxos do passado e do presente fazem —, cai inevitavelmente em um semi-arianismo. Não dizemos em arianismo puro, porque o arianismo supõe que o Filho foi criado no tempo, o que os Ortodoxos não ensinam. Mas, ao acreditar em um Filho que não recebeu tudo do Pai, os Ortodoxos acreditam em um Filho menos perfeito que o Pai, portanto, desigual ao Pai: eles adotaram, assim, parcialmente o arianismo.

Resta saber como expressar melhor a doutrina católica. Os concílios ecumênicos nos ensinaram que as fórmulas "o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho" e "o Espírito Santo procede do Pai e do Filho" são ambas conformes a essa doutrina. No entanto, elas têm o inconveniente de poderem ser compreendidas em outros sentidos; são ambíguas.

Para excluir toda falsa interpretação, propomos a seguinte fórmula: "*Creio no Espírito Santo, que é Senhor e que dá a vida, que procede originalmente do Pai e que procede também do Filho, associado pelo Pai a essa processão*". Evidentemente, essa definição é longa, longa demais, dirão, mas não seria justamente um equívoco querer expressar absolutamente a processão do Espírito Santo por fórmulas breves que são forçosamente ambíguas?

Sabemos bem que nossa fórmula não será aceita por todos os Ortodoxos, mas ela teria, acreditamos, o mérito de eliminar todos os equívocos e, conseqüentemente, de constituir a única base sólida de partida para tentar um acordo com cismáticos de boa-fé.

G. L.